

VOZES em defesa da fé

CADERNO

41

**Mas você
compreende
realmente
a Bíblia?**



EDITORA VOZES LTDA.



Muitos sabem pouca a respeito da Bíblia

Milhões de pessoas pelo mundo a fora acham consolo na Bíblia. Acham inspiração e guia para os altos e baixos da sua vida diária em ler-lhe e reler-lhe as páginas... ao menos os trechos favoritos.

Quem quer que tem escutado programas de perguntas de rádio sabe que a Bíblia é o "best seller", ou o livro mais vendido, em todo tempo no mundo. Se fôsse conhecido o número de Bíblias publicadas desde a invenção da imprensa, seria uma cifra astronômica.

Mas, infelizmente, nem todos os exemplares da Bíblia em circulação são lidos. Isto é especialmente verdadeiro dos que são distribuídos em terras pagãs, onde os nativos às vezes os usam como calço para roupas e sapatos, como papel de cigarros e outras coisas.

Em muitos lares cristãos a Bíblia fica juntando pó nas estantes e não é lida com regularidade — se sequer é lida. Professores em colégios e universidades queixam-se da "ignorância da Bíblia" — ignorância que torna impossível aos seus estudantes compreenderem e apreciarem refe-



rências à Sagrada Escritura, de uso freqüente.

Nos Estados Unidos, a revista *Time*, no seu número de 8 de maio de 1950, publicou um inquérito promovido entre 2.000 jovens entre 18 e 29 anos de idade. Dos 79% que disseram "acreditar na Bíblia", 77% confessaram nunca a terem lido. Sem dúvida, se tal inquérito fôsse feito em todo o país, o resultado mui certamente seria o mesmo. Muitíssimas pessoas que "acreditam na Bíblia", até mesmo as que falam sobre a Bíblia, raramente serão achadas lendo-a.

Não é aqui nosso intuito discutir as várias razões que há para essa vasta apatia para com a leitura da Bíblia. Mas queremos assinalar que, mesmo entre os que lêem a Bíblia, muitíssimos sabem pouquíssimo sobre ela. Como resultado disto, as novas interpretações da Bíblia têm lançado as sementes da desunião entre os cristãos e têm causado efeitos que não são nem bons em si nem benéficos para a sociedade. Eles têm levado a descrédito a Bíblia e mesmo o Cristianismo, especialmente nas mentes das muitas

peçoas que têm pouco interesse prático na religião e apenas um magro conhecimento de primeira mão da Bíblia.

Bíblia mal compreendida

Por certo, é por falta de reflexão sobre a Bíblia que muitos leitores a compreendem mal, visto sabermos tão pouco sobre ela. A Bíblia não pode proteger-se contra o mau uso dela por homens mal orientados. E, mesmo se na leitura das suas páginas muitas pessoas honestas e sinceras haurem altos ideais e a coragem para viverem verdadeiramente vidas nobres, outras haurem nessas mesmas páginas princípios e práticas estranhas, alarmantes e mesmo subversivas, e, como resultado, exercem má influência.

Vez por outra lemos nos jornais notícias de pessoas que arrancaram fora os olhos ou decepam uma das mãos em obediência àquilo que pensavam ser o correto significado da palavra de Cristo: "Se teu olho direito te scandaliza, arranca-o e atira-o para longe de ti..." (Mt 5, 20-30). Lemos notícias de outras que bebem veneno ou se deixam picar por cobras venenosas para provarem a sua fé nas palavras de Cristo: "Tomarão serpentes nas mãos; e, se beberem algo mortífero, isso não lhes fará mal" (Mc 16, 18). Outras recusam usar armas em favor de seu país contra agressores, e baseiam essa sua atitude nas palavras de Cristo: "Não resistas ao mau", e "apresenta-lhe a outra face" (Mt 5, 39).

Felizmente, nem todos os leitores da Bíblia, e nem todos os que professam moldar as suas vidas pelos ensinamentos de Jesus Cristo, tomam estes ao pé da letra. Do contrário o mundo pulularia de monstros de um só olho e de um só braço; a população seria notavelmente diminuída pelos que morressem de mordida de cobra ou de bebida de veneno mortal. Na verdade, ainda haveria mesmo discípulos de Cristo no mundo? E, se todos os cristãos fossem pacifistas absolutos, seria coisa simples para uma nação agressora o invadir o nosso país, e cravar-nos todos e destruir a liberdade na nossa terra.

Terá Cristo usado alguma vez linguagem figurada? Terá dirigido algumas das suas palavras aos indivíduos como cidadãos privados e não à sociedade em geral? Teriam sido algumas das suas diretrizes meramente em forma de conselho, e não de obrigação estrita — não pretendendo ser condições absolutamente indispensáveis para nos tornarmos seus discípulos, mas sim conselhos para aqueles que quisessem renunciar a tudo para o imitarem tão de perto quanto possível?

Sentido exato

Se o conselho do Senhor para não resistir ao mau dissesse respeito aos governos tanto como aos indivíduos, qual seria então o significado das palavras de S. Paulo quando disse que "os poderes que existem são ordenados por Deus e por Deus foram munidos da espada para executarem a vin-

gança contra os malfetores" (Rom 13)? Como pode um governo manter a ordem e proteger os seus cidadãos se não pode repelir pela força a ameaça de invasão (1 Tim 2, 1-2) e prender e punir justamente aqueles que ameaçam a paz?

A maioria dos leitores da Bíblia sérios e bem-intencionados não tomam ao pé da letra esses pronunciamentos que citamos. Ou, se o fazem, reconhecem que esses pronunciamentos têm restri-

ções e limitações à luz de outras passagens da Bíblia igualmente importantes.

Em todo caso, alguém está lendo o mal a Bíblia. Ou os pronunciamentos de Cristo devem ser entendidos literalmente, e então estão errados os que os tomam figuradamente, ou devem ser tomados figuradamente, e então os literalistas é que estão errados.

Alguém precisa de uma melhor compreensão da Bíblia.

Coisas que você deve saber para compreender a Bíblia

Quanto mais sabemos sobre a vida e tempos de Shakespeare, e sobre as pessoas a respeito das quais ele escreveu, tanto melhor podemos compreender e apreciar as suas movimentadas peças. Isto também é verdade a respeito da Bíblia.

Todavia, muitas pessoas começam a ler a Bíblia com pouco ou nenhum conhecimento do seu fundo de cena ou dos seus autores humanos.

Falamos de "autores" porque a Bíblia não é um livro só, escrito por um só autor num só tempo e numa só língua. É uma coleção de livros originalmente es-



critos parte em hebraico, parte em aramaico e parte em grego.

O mais antigo desses livros foi escrito talvez uns 1.400 anos antes de Cristo, e outros a vários intervalos até o Livro da Revelação ou Apocalipse, que foi escrito pelo fim do século primeiro da era cristã. Destarte, há um intervalo de 1.200 a 1.500 anos entre a escrita do primeiro livro e a escrita do último livro na coleção que veio a ser conhecida como a Santa Bíblia ou as Sagradas Escrituras.

O número de títulos de livros arrolados no índice de versões pro-

testantes é de 39 para o Antigo Testamento e de 27 para o Nôvo, num total de 66. No índice das versões católicas, o número de títulos dados para o Antigo Testamento é de 46 e, para o Nôvo, de 27 — num total de 73 livros. A razão para esta diferença será discutida mais adiante. O ponto aqui a acentuar é simplesmente que a Bíblia não é um só livro composto por um só autor, e sim uma série de livros compostos por muitos autores diferentes, crevendo em períodos de tempo

amamente separados, usando línguas variadas, e refletindo as condições de pensamento da época em que eles escreveram. A série de livros que formam o Antigo Testamento foi reunida na Sinagoga, isto é, pelas autoridades religiosas judaicas. Com toda probabilidade, estas não alcançaram uma decisão final até o sínodo de Jamnia na Palestina, levado a efeito em fins do primeiro século cristão, por volta do ano 90. Havia ao mesmo tempo em circulação entre os judeus de fora da Palestina uma tradução grega das Escrituras hebraicas. Essa versão continha vários livros que foram excluídos do rol bíblico organizado e concluído pelos Rabis em Jamnia. Essa tradução grega, com o seu conteúdo completo, é que foi adotada pela primitiva Igreja Cristã e, mais tarde, declarada oficial pelas autoridades da Igreja.

A Igreja precedeu a Bíblia

A série de livros contida na seção do Nôvo Testamento na Bi-

blia foi coligida pela Igreja Cristã, que, entretanto, não chegou a uma decisão final por vários séculos depois da inauguração do cristianismo. A Igreja primitiva responde pela coleção do Nôvo Testamento nas Sagradas Escrituras. A Igreja existiu e funcionou por vários séculos antes que a coleção fôsse completada e oficializada.

Destarte, a Bíblia que os Judeus usam hoje em dia contém somente o Antigo Testamento, e só aqueles livros do Antigo Testamento que os Rabis em Jamnia decidiram que deviam ser incluídos no elenco bíblico. A Bíblia Cristã contém, em aditamento ao que está na Bíblia Judaica, vários outros livros que faziam parte da tradução grega do Antigo Testamento hebraico, ou que foram escritos originalmente em grego e aditados à versão. Mas, desde o século dezesseis, a Bíblia geralmente usada pelos protestantes omitem aqueles livros do Antigo Testamento que a primitiva Igreja Cristã recebeu (não sem dúvidas e hesitação em alguns lugares, é verdade; mas pelo fim do século quinto essas dúvidas foram todas resolvidas) da versão grega em aditamento aos do Antigo Testamento judaico fixados em Jamnia.

A vasta maioria dos livros do Antigo Testamento foram escritos originalmente em hebraico. Somente dois livros, *Sabedoria* e *Segundo dos Macabeus* (presentemente omitido da Bíblia protestante), foram compostos originalmente em grego. Porções de

Daniel (2, 4; 7, 28) e de Esdras (4, 7; 6, 18 e 7, 12-26) foram originalmente escritas em aramaico. Do Novo Testamento, todos os livros foram escritos originariamente em grego, exceto o Evangelho segundo S. Mateus, o qual foi escrito originariamente em aramaico. Tal é a posição comumente mantida na Igreja primitiva.

Essas línguas antigas diferem consideravelmente das nossas línguas modernas em construção, sintaxe e método de escrita. Primeiramente, a forma das letras do alfabeto sofreu mudança ou evolução no correr dos séculos. A princípio foi usada a escrita fenícia; esta gradualmente mudou para a escrita aramaica, e depois, pelo tempo de Nosso Senhor ou pouco mais tarde, entrou em uso a forma das letras hebraicas familiares nas Bíblias hebraicas impressas na época atual.

Causa de confusão

Nos manuscritos primitivos não havia espaço entre as palavras. Não havia vogais no texto, nem pontuação e nem escrita com minúsculas. A escrita não continha nada a não ser consoantes, para as quais as vogais tinham de ser fornecidas de memória. Isto tornou-se uma fonte de confusão. Por exemplo, as três consoantes D-B-R podem ser lidas ou como *dabar* (dois "aa" longos) ou como *dabar* (um "a" longo e um "reve"), ou como *deber* ou *dober*, e, em conformidade, pode significar *ele falou*, *ele governou*, *uma palavra*, *um negócio*, *uma causa*

ou *razão*, uma *petição legal*, *pesse*, *morte*, *pasto*. Somente as outras palavras na sentença é que podem ser invocadas para decidir qual o significado pretendido.

Quanto à ausência de espaço entre as palavras, prontamente pode ser mostrado quão facilmente esse arranjo pode levar a compreensões variantes. Eis aqui um exemplo de uma fiada de letras do alfabeto sem espaço. Experimentem lê-la: TODOSACODEMAMÃO. Introduzindo espaço aqui e ali, pode ela resultar como: TODOS ACO-DEM A MÃO, ou TODO SACO DE MAMÃO, ou TODO SACODE MAMÃO.

Caprichos de linguagem

Em hebraico, e menos frequentemente em grego, a mudança ou omissão de espaço pode levar a uma considerável mudança no sentido. Da mesma sorte, a inserção de vogais variantes pode alterar apreciavelmente o sentido de um texto. Por exemplo, no Salmo 91, nas traduções do latim e do grego antigos, fala-se de "negócio que perambula no escuro". A Versão protestante maneja a frase corretamente quando a reproduz como: "pestilência que anda na escuridão". A variação é o resultado do suprimento de vogais diferentes. Os antigos tradutores liam *dabar*; os outros leram *deber*.

Estes poucos exemplos mostram claramente as dificuldades inerentes à feitura da correta reprodução de um velho texto hebraico. Verdade é que por volta do século sétimo da era cristã

foram aditadas vogais ao texto hebraico, mas então o latim, o grego, o siríaco e outras antigas versões já tinham estado em existência e em uso por séculos. Também é verdade que o espaçamento e a pontuação foram aditados com o correr do tempo, mas não bastante cedo para que os primeiros tradutores fôsem por eles beneficiados ou ajudados. E, de qualquer modo, não podemos com razão perguntar se foram sempre corretos aqueles que espaçaram as palavras e aditaram as vogais ao texto?

Não poucas vezes tradutores modernos dos textos originais fastam-se dos espaçamentos e vocalização aditados pelos eruditos judeus por volta do século sétimo A. D., e extraem sentidos largamente diferentes um do outro. Um só exemplo bastará. E' tirado do Salmo 2, 11. Vejam as variações:

"King James": Serve ao Senhor com medo, e alegra-te com tremor. Beija o filho para que não se encolerize.

Moffat: Adora o Eterno reverentemente, treme e submete-te a ele, presta-lhe homenagem verdadeiramente.

Goodspeed: Serve o Senhor com medo, beija-lhe os pés com tremor.

Romana: Serve o Senhor reverentemente, e alegra-te nêlo; com tremor presta-lhe homenagem.

Douay-Rheims: Serve o Senhor com medo e alegra-te nêlo com tremor. Abraça a disciplina.

Pode você lê-lo?

Suponha que uma passagem muito familiar da Bíblia na Versão portuguesa seja aqui mencionada sem vogais, sem espaçamento, tôda em maiúsculas. Eis aqui como ela aparece, e o leitor provavelmente terá muita dificuldade em reconhecer a passagem:

PNSSQSTNSNCSSNTFCDSJTN
M
VHNHNSTRNSJFTTVNTDSSMN
TRRCMNC
PNSSDCDDDNHJPRDNSSNSS
SDVDSSSMCMNSPRDMSSNSS
SDVDRS
NNSDXSCRMNTNTÇMSLVRNSD
ML

Isso é a Oração Dominical! Mu-
de as letras para as do alfabeto
hebraico, e imagine a dificuldade
de entender um texto original he-
braico sem espaçamento ou sem
vogais.

Os hebreus que escreveram o
Antigo e muita coisa do Nôvo
Testamento não pensaram, e con-
sequentemente não se exprimiram
do mesmo modo a que nós do sé-
culo vinte estamos acostumados.
Sim, é verdade que Deus é o
principal autor da Bíblia; êle ins-
pirou-a tôda; mas também é ver-
dade que êle entornou o seu pen-
samento no molde da mentalidade
hebraica e permitiu que êle fôsse
expresso em conformidade. As-
sume êle, pois, alguns dos carac-
terísticos e algumas das limita-
ções do frágil molde da lingua-
gem humana.

Os leitores da Bíblia deveriam
entender alguns dos caracterís-

ticos da mentalidade hebraica que condicionaram a mensagem da revelação divina que Deus desejou comunicar através das páginas da Bíblia.

Primeiramente, a mentalidade hebraica não era analítica, isto é, não tomava à parte, não fracionava nos seus elementos componentes as idéias de que tratava. Nós, por outro lado, somos treinados, por educação, na técnica laboratória de decompor máquinas e compostos químicos para ver de que é que são feitos e como operam. O hebreu era inclinado, de preferência, a reunir e combinar fragmentos de pensamentos e idéias correlatas, e exprimi-los em largos princípios gerais. Por exemplo, nós gostamos de cifras exatas; os autores da Bíblia contentavam-se com expressões vagas tais como "setenta vezes sete" (Mt 18, 22), a saber, inúmeras vezes.

Significado diferente também

"Mil" significa um número indefinidamente grande. Especialmente no Apocalipse os números são usados em sentido simbólico, e grande erro cometeria quem os quisesse tomar com exatidão aritmética. Os mil anos durante os quais é dito que os justos reinarão com Cristo (Apoc 20, 4) querem dizer um período de tempo indefinido, e pela maioria dos intérpretes (acatólicos e católicos) são entendidos como para designarem todo o período messiânico ou cristão desde o primeiro Pentecostes até o fim do mundo. Essa passagem deu origem à bem co-

nhecida expressão "milênio", que quer dizer um período de grande felicidade e prosperidade. No mesmo livro, os números sete e doze absolutamente não designam uma quantidade matemática, mas simplesmente uma plenitude relativa, enquanto que três e meio designam alguma coisa breve ou incerta.

Números por nomes

Com relação ao assunto de números, devemos lembrar uma antiga prática de designar indivíduos pelos equivalentes numéricos dos seus nomes. Este expediente era usado especialmente quando o nome não podia ser mencionado sem a pessoa correr o risco de ser presa pela polícia secreta e lançada em prisão ou aos leões na arena.

Em tempos antigos, antes da introdução dos números arábicos no mundo ocidental, as letras do alfabeto eram usadas para exprimir números. As dez primeiras letras do alfabeto faziam as vezes dos números de um a dez; as letras da décima primeira em diante faziam as vezes dos números de cem, duzentos, etc. Conformermente a isso, a bête no Apocalipse (13, 18), cujo número é o de um homem, 666, designa uma entidade histórica ou política. Dois eminentes comentadores protestantes (Swete e Charles) sugerem Nero ou César, visto como o valor numérico das letras que formam estes nomes totaliza 666. Foi esse imperador romano quem iniciou o governo civil romano na sua embriaguez de perseguição

contra os cristãos, a qual durou por bem mais de duzentos anos, e assim Nero é um símbolo adequado de qualquer monarca ou governo civil perseguidor.

Os hebreus também tinham um modo seu de contar os anos do reinado de um homem, modo êsse que é algo desconcertante para o exato historiador do século vinte. Eles também contavam uma parte de um dia, ano ou mês como uma unidade inteira. Assim, é possível que um rei tenha ocupado o trono por apenas alguns dias, e, no entanto, se alguns desses dias caíssem no encerramento de um ano e o resto no começo de um novo ano, êsse rei seria dito como tendo reinado por dois anos. Destarte, a permanência de Cristo no túmulo durante o período entre o seu sepultamento e a ressurreição é contada como tendo sido de três dias, embora provavelmente êle tenha passado menos de trinta e seis horas no túmulo. Porém, já que algumas dessas horas caíam no findar da sexta-feira e algumas outras no começo do domingo, de acordo com o antigo método judeu de contar o tempo pode ser veridicamente dito que êle passou três dias no túmulo. Da mesma sorte, quarenta anos é um número redondo designando rudemente uma geração que pode variar em extensão.

Matizes de significado

Outro característico do modo judeu de pensamento e de expressão que pode ser desorientador para leitores ocidentais é o hábito de deixar de reconhecer, ou

pelo menos de exprimir, matizes mais finos de sentimento ou de emoção. Assim, por exemplo, a mentalidade judia, no tempo em que o Antigo e o Novo Testamento foram escritos, via de regra não distinguia exatamente entre amor, atração e preferência, de um lado, e desgosto, aversão e ódio, do outro. Destarte, a declaração aparentemente dura de Nosso Senhor quando disse: "Se alguém vem a mim e não odeia seu pai e sua mãe e sua mulher e seus filhos e seus irmãos e suas irmãs, e mesmo a sua própria vida, não pode ser meu discípulo" (Lc 14, 26), perde toda a sua dureza repulsiva quando nos lembramos de que "odiar", de acordo com o modo de falar hebreu, simplesmente quer dizer "amar menos" ou "dar a preferência a outro". Quando lemos: "a Jacob ameí, mas a Esaú odiei" (Rom 9, 13, citado de Mal 1, 2-3), o sentido é simplesmente: "Preferi Jacob a Esaú".

Outra diferença

Além disto, a mentalidade hebraica não distinguia cuidadosamente entre diferentes graus de responsabilidade para uma ação. Por exemplo, se uma pessoa que pode impedir uma ação não o faz, muitas vezes o escritor hebreu atribuirá essa ação àquele que não interveio para impedi-la, embora a responsabilidade imediata seja realmente atribuível a outro. Lemos, por exemplo, que "haverá mal numa cidade, e o Senhor não o fez" (Amós 3, 6). Esta questão oratória não quer dizer que

o Senhor, que é sempre bom e não pode ser a causa direta do mal moral, ou mesmo querer o mal físico por amor dêsse mesmo mal, é a causa direta do mal. Mas permite-o como um castigo para o povo pela maldade e infidelidade dêste. E o escritor hebreu, seguindo o seu pendor não-analítico, diz, com efeito, que Deus é a causa de todo o mal numa cidade. Mas nós sabemos que o escritor sagrado quer dizer que Deus não faz o mal, apenas o permite.

«Eu crio o mal»

Outra passagem que facilmente pode chocar o leitor não esclarecido da Bíblia é Isaías 45, 7, onde é dito: “Eu crio o mal: eu, o Senhor, faço tôdas as coisas”. Entretanto, se o leitor estiver familiarizado com as normas do pensamento hebreu e levar em conta o trecho inteiro onde essa afirmação ocorre, poderá extrair dessas palavras um significado muito satisfatório. A idéia que permeia essa passagem é a de que a Providência de Deus controla e enforma o destino de Israel. Ele causou as vitórias de Ciro sobre os babilônios, para que Ciro permitisse aos judeus voltarem para sua terra, restabelecerem o seu culto religioso em Jerusalém, e assim preservarem o conhecimento e o culto do único Deus verdadeiro e a esperança do Redentor futuro. Semelhantemente, Deus ocasionou os males que afligiram os judeus em castigo dos seus pecados — males que os visitavam por intermédio dos monarcas assírios e babilônios como instru-

mentos nas mãos de Deus para punir os judeus pelos seus pecados. Neste sentido — sentido perfeitamente inteligível — Deus criou o mal.

A mente hebraica tinha pouco uso para o abstrato; preferia muito exprimir princípios abstratos em termos concretos. Assim, em vez de dizer que aqueles que fôssem seus discípulos verdadeiros deveriam estar preparados para sacrificar até mesmo aquilo que nos é mais caro, de preferência a o negarem, o Mestre diz: “Se teu olho direito te escandaliza, arranca-o”; e S. Paulo, para exprimir a boa-vontade dos Gálatas em fazerem os maiores sacrifícios por amor dêle, diz que eles teriam arrancado os olhos e lhos teriam dado (Gál 4, 15).

Nosso Senhor, em vez de dar expressão ao princípio incolor e não imaginoso de que nós não devemos apontar os insignificantes defeitos do nosso próximo, quando nós mesmos estamos desfigurados por deficiências, põe isso neste expressivo e gráfico modo de dizer: “Por que notas o argueiro (isto é, partiluzinha) que está no olho de teu irmão, mas não consideras a trave que está no teu próprio olho? (Mt 7, 3).

Que quer dizer?

O modo judeu é fazer abrangedoras afirmações gerais sem restrições ou qualificações quaisquer, no entanto, é inteiramente óbvio que devem ser feitas restrições. Por exemplo, Jesus diz categoricamente: “Ninguém pode servir a dois senhores” (Mt 6,

24). O sentido óbvio é que ninguém pode servir a dois senhores que se opõem um ao outro; mas, se os senhores estiverem em harmoniosa subordinação ou coordenação entre si, não somente podemos, mas até devemos, servir a ambos. Assim, S. Paulo mandamos sermos sujeitos às autoridades civis (Rom 13, 1-6). E certamente isto é compatível com a nossa obediência e serviço devidos a Deus, enquanto a autoridade civil não exigir para si mesma o direito de desrespeitar a lei de Deus, e assim ficar dentro do seu próprio domínio. E o próprio Mestre nos manda dar a César as coisas que são de César e a Deus as que são de Deus (Mt 22, 21). Afirmções gerais na Bíblia não devem, pois, ser tomadas em sentido absolutamente literal.

Também deve ser lembrado que palavras de uso corrente em hebraico, aramaico ou grego há dois mil anos, quando traduzidas ao pé da letra para uma língua do século vinte, nem sempre têm sentido exatamente idêntico ao que comportavam em tempos antigos. Por exemplo, João (2, 4) apresenta Jesus dirigindo-se a sua mãe como "Mulher". Hoje em dia seria considerado altamente desrespeitoso para um filho o dirigir-se assim a sua mãe. Mas nos tempos antigos assim não era. Nos círculos tanto grego como judeu, esse termo era considerado como indicativo de *mais alto respeito*, equivalente a "Minha Senhora", como se pode verificar consultando qualquer bom léxico completo.

Depois há o termo "irmão" que facilmente pode desorientar um leitor pouco avisado da Bíblia. Nos tempos antigos, em círculos hebreus, esse termo era usado não somente para designar aquele parente que tem o mesmo pai ou os mesmos pais, mas também para indicar parentes mais distantes, tais como primos, tios etc. E' muito fácil verificar este sentido mais lato do termo "irmão" no uso bíblico. Por exemplo, em Gênes 13, 8, Abraão diz a Lot: "Somos irmãos", e por Gênes 11, 27 nós sabemos que Lot era sobrinho de Abraão.

Assim, quando achamos, nos Evangelhos, que Tiago, José, Judas e Simão são chamados "os irmãos" de Cristo, não quer isto dizer que eles fossem filhos de Maria, mãe de Jesus. Em parte alguma nos Evangelhos são eles chamados filhos de Maria, nem há ali nenhuma indicação de que Maria tivesse quaisquer outros filhos afora Jesus Cristo. Seguindo o uso da linguagem então dominante, aos primos de Jesus se aludiria como a seus "irmãos".

Sim — E quem é que está certo?

Outra fonte de dificuldade para chegar a uma correta compreensão da Bíblia é sua abundante linguagem simbólica e figurada. Se certas expressões devem ou não ser tomadas ao pé da letra é coisa que tem dado origem a agudas divergências. O exemplo mais famoso é o das palavras de Jesus: "Isto é meu corpo... Isto é meu sangue..." (Mc 14, 22-24). Os católicos en-

tendem essas palavras ao pé da letra; a maioria dos protestantes entendem-nas figuradamente. Quem é que está certo?

O exemplo mais conhecido da linguagem simbólica deve ser achado no Apocalipse. A descrição do céu, das bestas e do dragão, e muitas outras coisas, são tôdas simbólicas e fazem as vezes de realidades inteiramente diferentes daquilo que as palavras exprimem no seu sentido literal. O leitor não treinado da Bíblia pode ser facilmente desencaminhado por esse modo de expressão.

Até à invenção da imprensa pelo ano de 1450, as Escrituras eram laboriosamente copiadas à mão. Há muitos milhares de exemplares manuscritos da Bíblia, total ou parcial, em hebraico, grego, latim e outras línguas antigas, para não falarmos dos exemplares manuscritos em línguas modernas. Quando cópias de qualquer documento são manuscritas, é inevitável cometerem-se enganos. Estes são devidos a má interpretação ou a ignorância, ou a má leitura da cópia principal, ou a alterações deliberadas.

Foi avaliado que há cerca de duzentas mil variantes somente nas cópias manuscritas existentes do Novo Testamento. A vasta maioria destas não afetam o sentido de nenhum modo essencial, visto consistirem em variações na ordem das palavras, na substituição de sinônimos, em soletração diferente, e assim por diante. Somente umas quinze des-

sas variantes é que afetam o sentido substancial das passagens, e tais passagens podem ser sempre corrigidas à luz de outras passagens que tocam no mesmo assunto, e nas quais não há dificuldade textual. Mas essas cópias diferentes complicam para os peritos o problema de recuar até o texto original da palavra inspirada.

Para sentido claro

E' a tarefa dos críticos textuais o restaurarem o texto da Bíblia tão estritamente quanto possível de acôrdo com a leitura original. Ao fazerem isto, esses críticos têm o auxílio de versões antigas, de citações do texto em escritos antigos, e as cópias manuscritas na língua original. Investigando tôda a evidência e seguindo um conjunto de regras bem fixado para decidir sobre o correto vocabulário do texto, usualmente pode-se chegar a uma restauração comparativamente certa do mesmo. Não é, entretanto, tarefa fácil, e sempre fica um certo número de textos onde hipóteses e conjecturas mais ou menos plausíveis, mas longe de certas, devem ser empregadas a fim de chegar a um sentido inteligível. Particularmente no Antigo Testamento, há algumas passagens onde o texto hebraico foi tão mal copiado, que se tornou sem sentido. Em tais casos, se as antigas versões não resolverem a dificuldade, os críticos terão de se satisfazer com conjecturas prováveis quanto ao modo como o texto originalmente se apresentava.

Prontamente será avaliado que este assunto de variantes textuais nos manuscritos torna difícil a tarefa de chegar ao significado das cópias originais. E' trabalho de peritos bem adestrados restaurar o texto das Es-

crituras. Eles precisam ter o domínio das línguas bíblicas, ser capazes de decifrar manuscritos antigos e de entender e aplicar cuidadosamente princípios que governam a restauração do texto correto da Bíblia.

Mas... será que você tem a Bíblia completa?

Uma questão de importância básica para os leitores da Bíblia é a do número de livros que deveriam estar incluídos na Bíblia como sendo a palavra de Deus inspirada.

A Versão protestante (ao menos nas edições comumente circulantes) tem menos sete livros do que a Bíblia que a Igreja Católica usa. Será possível que os usuários desta versão tenham tido uma Bíblia incompleta desde que essa versão foi feita pela primeira vez?

No número de maio de 1950 de *The Christian Herald*, destacado periódico protestante, à página 56, saiu um anúncio que dizia: **A BÍBLIA COMPLETA**. O que isso quer dizer é que a edição aí anunciada contém aquilo que se tornou conhecido entre os protestantes como os *Apócrifos*.



Ora, que são esses *Apócrifos*? São os sete livros que a Bíblia usada pela Igreja Católica durante séculos sempre conteve e ainda contém hoje. Mas desde o século dezesseis esses livros foram usualmente e geralmente omitidos nas versões protestantes. Assim, a "British and Foreign Bible Society" tem a regra que proíbe a inclusão dos Apócrifos nas Bíblias que ela distribui. Será possível que a Bíblia, tão familiar a milhões de leitores e rotulada "*A Santa Bíblia contendo o Antigo e o Novo Testamento*" etc., seja uma Bíblia incompleta? Bem: se o título da Versão Smith-Goodspeed "*A Bíblia Completa*" é o correto, então pareceria que as edições da Bíblia que omitem os *Apócrifos* são incompletas!

O *Jornal do Pastor* é citado nesse mesmo anúncio, onde é dito: "Já não podemos entender o Novo Testamento sem os Apócrifos, como não podemos entender a vida americana contemporânea sem o conhecimento da Guerra Civil". Quem foi que estêve sonhando com os leitores da Versão protestante durante todos esses séculos essa porção do Antigo Testamento sem a qual escassa esperança haveria de estender o Novo Testamento, a porção mais vital e mais importante da Bíblia?

Os nomes desses sete livros são: Tobias, Sabedoria de Salomão, Eclesiástico (Sabedoria de Jesus filho de Sirac), Judite, I e II Macabeus, Baruc. Eruditos não-católicos tais como o Dr. Goodspeed e Sir Frederic Kenyon deploram o fato de serem os *Apócrifos* geralmente omitidos das modernas edições protestantes da Bíblia.

Os Apócrifos

A Igreja Católica, que na prática tinha aceitado os chamados Apócrifos desde o começo do Cristianismo como parte da palavra inspirada por Deus, oficialmente ensinou o caráter inspirado deles no decreto publicado no Concílio de Trento em 1545. Esse decreto não acrescentava doutrina nova à verdade cristã, mas simplesmente afirmava solenemente aquilo que tinha sido a crença da Igreja desde o começo.

Isto suscita uma importante questão: terão os leitores da Versão Protestante uma Bíblia incompleta, ao passo que os leito-

res católicos têm a Bíblia completa? Será que, na sua Versão, os protestantes têm a Bíblia na sua integridade, e portanto a completa mensagem de Deus, ou será que os católicos entremearam às Escrituras genuinamente inspiradas alguns livros que são de origem meramente humana? Esta importante questão deveria ser resolvida satisfatoriamente por todo leitor da Bíblia antes de empreender haurir a mensagem divina das páginas da Sagrada Escritura.

Muitos cristãos concordam em que a Bíblia é formada de livros inspirados por Deus. A inspiração divina é a única base sobre a qual qualquer livro tem um justo lugar na Bíblia. A inspiração divina pode ser descrita como segue: de maneira peculiarmente sua, Deus move e induz o autor humano a escrever, e de tal modo o assiste enquanto ele escreve, que este concebe retamente na sua mente e escreve aquelas coisas e só aquelas coisas que Deus deseja sejam escritas.

Esse impulso divino, todavia, é uma coisa secreta e oculta. Não pode ser descoberto pela qualidade ou pelo caráter do livro, ou pelo conteúdo do livro, ou pela impressão que ele produz no leitor. A própria palavra do escritor humano é, em si mesma, garantia insuficiente de haver ele escrito sob o impulso divino. Porquanto como podemos estar seguros de estar ele falando a verdade? Ele pode, mesmo, nem se dar conta do fato de estar escrevendo sob influência divina. O único, por-

tanto, que pode testificar o fato de haver sido um livro escrito sob essa especial influência e direção divina, que é chamada inspiração divina, é o próprio Deus, e são aqueles que ele escolhe para lhes comunicar essa informação.

O modo de Deus

De dois modos pode Deus tornar conhecido o fato da inspiração. Pode revelá-lo aos seus representantes oficiais, os profetas nos tempos do Antigo Testamento, e os Apóstolos nos tempos do Novo Testamento. Eles, por sua vez, proclamarão o fato ao resto da humanidade, enquanto Deus garante a veracidade d'ele por milagres. Mas, se assim o preferir, pode também Deus revelá-lo aos leitores individuais da Bíblia. Mas, se ele preferiu fazer esta revelação privada, agiu de um modo diferente da sua maneira de agir nos tempos do Antigo e do Novo Testamento.

Como pode ser visto através das páginas do Antigo Testamento, Deus comunicava-se, com o povo em geral, por intermédio dos seus representantes escolhidos, Moisés e os profetas. Nos tempos do Novo Testamento, as indicações todas apontam uma continuação dessa mesma maneira de agir. Ele falou à humanidade por intermédio de seu Filho encarnado, Jesus Cristo. Jesus, por seu turno, falou aos Apóstolos, e estes, por sua vez, foram comunicar à humanidade a mensagem de Jesus divinamente revelada.

Deus não envia seu Espírito Santo a cada indivíduo; não pro-

vê cada um de nós de um tut divino, todo nosso, mas planej as coisas de tal modo que a humanidade em geral aprende dos Apóstolos e dos seus sucessores nomeados a verdade revelada. "Ide e ensinai a todas as nações".

Depois da morte dos Apóstolos, o ofício de ensinar foi confiado à Igreja. Essa Igreja é, dizer de S. Paulo, a "Igreja Deus vivo, a coluna e o fundamento da verdade" (1 Tim 3, 15). Essa Igreja é "o corpo de Cristo", e Cristo lhe é a "cabeça" (Col 1, 18). Nesse caso, aquilo que a Igreja faz, o seu Cabeceira também faz; o que a Igreja ensina oficialmente, o seu Cabeceira também ensina, e, portanto, o ensino deve ser verdadeiro.

Se investigarmos o ensino da Igreja nos primeiros séculos de sua existência, acharemos que ela usava a Bíblia grega, e mais tarde a Bíblia latina na Igreja ocidental. Foi a Escritura grega que S. Paulo recomendou a Timóteo (2 Tim 3, 15). Como Timóteo era um judeu que falava grego, devia ter sido educado no uso da Escritura grega, desta é que S. Paulo escreve: "Toda a Escritura é inspirada por Deus..." (2 Tim 3, 15). A Escritura grega continha os chamados Apócrifos, os sete livros porções de outros livros que são omitidos em muitas edições da Bíblia em uso entre os não-católicos.

Prova incontroversa mostra que a Igreja Católica como um todo continuou a usar essa Bíblia completa pelos séculos adiante. S.

depois da divisão operada no tempo do surgimento do Protestantismo foi que sete desses livros vieram, pouco a pouco, a ser omitidos da Bíblia pelos grupos que deixaram a Santa Madre Igreja. Porém, a princípio, mesmo eles, incluíram os Apócrifos. Segundo Goodspeed (*A História da Bíblia*, p. 168), “eles ainda acham lugar em todas as impressões completas da Versão “King James” de 1611... Contêm muita coisa de interesse literário e histórico, e algumas passagens de real valor religioso”.

O Arcebispo Anglicano Abbot, em 1615, proibiu a omissão desses livros nas edições impressas da Bíblia, porém a primeira Bíblia inglesa impressa que fez o seu aparecimento nos Estados Unidos omitiu-os, e cada impressão subsequente da Bíblia para uso geral entre os não católicos nesse país tem seguido o mau exemplo da primeira impressão. Em 1826, como já mencionado, a “British and Foreign Bible Society” (*Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira*) adotou uma resolução ou regra de que nunca imprimiria ou faria circular exemplares da Bíblia que contivessem esses sete livros.

Aqui, pois, há evidência de que a Igreja Católica, a única Igreja cristã em existência durante dezesseis séculos, deu ao povo a Bíblia completa, inclusive os chamados Apócrifos. Verdade é que, durante os quatro primeiros séculos, houve algumas dúvidas sobre se esses livros deveriam ser considerados como

Escritura ou não. São Jerônimo, embora não entusiasta desses livros, incluiu-os na sua versão latina por deferência para com o uso e crença prevalentes na Igreja, e até mesmo os menciona como Escritura aqui e acolá nos seus escritos.

Naquele tempo a Igreja ainda não falara oficialmente. Mas, do século quinto ao dezesseis, portanto durante mais de mil anos, o mundo cristão inteiro sob a liderança da Igreja, “a coluna e o fundamento da verdade”, foi unânime em considerar esses livros como parte genuína da palavra inspirada por Deus.

Livros omitidos

Então por que foi que, no século dezesseis, esses livros começaram a desaparecer da Bíblia? Parece que os “Reformadores” preferiram seguir a lista judaica dos livros inspirados. Essa lista foi traçada no sínodo de Jamnia na Palestina por volta do ano 90. Note-se a data: cinquenta anos, e mais, depois do estabelecimento da Igreja. Esse sínodo foi dominado pelos fariseus. Se se desejar saber o que Jesus Cristo pensava dos Fariseus, leia-se Mateus 23. Os homens reunidos nesse sínodo estabeleceram regras muito estreitas, nacionalistas e “a priori”, para determinar o que era um livro inspirado: 1) Devia ele ser antigo em origem, isto é, escrito antes que a sucessão dos profetas fôsse quebrada por volta do tempo de Esdras no século quarto antes de Cristo; 2)

Devia ter sido escrito na Palestina; 3) Devia ter sido escrito em hebraico.

Um pedaço de História

Tais princípios presumem, com não boa razão, que Deus só podia inspirar um escritor dentro dos limites da Terra Santa, e que a única língua que o Deus onipotente e onisciente condescenderia em permitir seria o hebraico. Isso, por certo, excluiria a possibilidade de muitos escritores do Nôvo Testamento serem inspirados, visto terem escrito em grego, exceto S. Mateus, e visto quase todos os livros do Nôvo Testamento terem sido compostos fora da Palestina.

Os Apóstolos não foram do mesmo pensar dos Fariseus em Jamnia. Há prova abundante de haverem eles usado o Antigo Testamento grego, e de haverem lido os Apócrifos e refletido nos seus escritos a influência deles. Se o leitor tem à mão um exemplar dos Apócrifos, a fim de verificar a afirmação precedente, pode comparar as seguintes passagens:

Compare Tiago 1, 19 com Eclesiástico 5, 11.

Compare 1 Pedro 1, 6-7 com Sabedoria 3, 5-7.

Compare Hebreus 11, 34-35 com 2. Macabeus 6, 18; 7, 42.

Compare Romanos 1, 18-32 com Sabedoria 13, 1; 15, 15.

E' verdade que as passagens precedentes e outras que poderiam ser citadas nunca são mencionadas explicitamente. Mas há alguns livros cujo direito a um lugar na Bíblia ninguém discu-

te, os quais entretanto nunca são citados no Nôvo Testamento.

A outra única alternativa para aceitar a autoridade da Igreja é aceitar a própria autoridade privada da pessoa, e apelar para João 14, 26 e 16, 13, onde Jesus prometeu enviar o Espírito Santo para ensinar toda a verdade. Na realidade, entretanto, isto não significa que o Espírito Santo ensinará toda a verdade diretamente a cada indivíduo, mas sim à Igreja, que, por sua vez, ensinará toda a verdade e será a guia infalível para a fé dos indivíduos. Esta é a única interpretação que a Bíblia e a experiência nos permitem dar a essas palavras. A Bíblia força esta interpretação porque o sistema de Deus é sempre só se comunica diretamente com os seus representantes escolhidos e oficiais transmitindo estes, por seu turno, a verdade divina ao povo em geral. A experiência força esta interpretação porque a explicação alternativa não tem levado a outra coisa senão à confusão no mundo religioso. Há literalmente centenas de seitas, diferindo umas das outras, embora cada uma pretendendo ter a correta interpretação da palavra inspirada por Deus, e ser guiada pelo Espírito Santo. Deus não é o Deus da inconsistência e da confusão mas sim da consistência e da unidade de doutrina.

Por estas razões é que, aceitando a autoridade da sua Igreja, mesmo como ela falava anteriormente à Reforma, quando era a única Igreja cristã, o leitor ca-

tólico da Bíblia tem a convicção imperturbável de que a sua Bíblia é a Bíblia completa.

O menos que qualquer pessoa sensata deveria fazer seria aprender a verdade sobre a Igreja Católica. Porquanto, se é verdade, como temos sustentado desde o tempo de Cristo, que esta é a Igreja que o Salvador fundou pa-

ra a nossa salvação... então torna-se imperativamente importante, para cada um de nós pessoalmente, compreender claramente e aceitar ou rejeitar a evidência que está tão livremente disponível. Tudo o que pedimos a qualquer pessoa sensata fazer é: **INVESTIGAR!**

Traduções da Bíblia... boas e más

Nem todos os que lêem a Bíblia se dão conta de quanto dependem da exatidão da tradução que usam. As traduções podem ser boas ou más.

Tem sido política da Igreja desde os primeiros tempos prover o povo da Bíblia traduzida para uma língua que ele possa compreender. Se às vezes a Igreja achou necessário proibir o uso de certas traduções, foi porque essas traduções eram errôneas, e portanto desorientadoras, apresentando-se sob falsas pretensões. Em vez de ser a palavra de Deus, elas realmente eram apenas a palavra do homem. Grande crime é apresentar como palavra de Deus aquilo que não passa de palavra do homem falível, e isso é precisamente o que



faz uma versão incorreta da Bíblia. O simples fato de aquêle que isso faz poder pensar que está afirmando corretamente as vistas do Todo-Poderoso é sem escusa.

A Igreja Católica insiste em que as traduções da Bíblia para línguas comuns usadas pelo povo devem ser acompanhadas de notas explicativas dos trechos mais difíceis ou obscuros. Do contrário, a mente não adestrada pode prontamente entender mal e torcer o sentido, para sua própria perdição, como S. Pedro diz (2 Ped 3, 15-16). Quem quer que sustente que a Bíblia é perfeitamente clara e pode ser facilmente compreendida sem auxílio de notas de rodapé, está em contradição com essa passagem da segun-

da epístola de S. Pedro, e desafiava fatos de experiência que se multiplicaram pelos séculos.

A Igreja Católica, portanto, aprova traduções e promove a circulação da Bíblia entre o povo, mas somente em traduções que tenham sido profundamente examinadas, pelos seus mestres competentes, quanto à exatidão e à fidedignidade. Essa atitude oficial da Igreja foi sumariamente afirmada pelo Papa Benedito XV na sua carta encíclica dirigida ao mundo em data de 15 de setembro de 1920: "O nosso único desejo quanto a todos os filhos da Igreja é que, saturando-se da Bíblia, possam chegar ao superior conhecimento de Jesus Cristo".

Nos tempos primitivos, os cristãos eram, na maior parte, de língua grega, mas, por volta do ano 150, o latim veio a ser cada vez mais adotado como a língua comum. A primeira tradução latina das Escrituras fez então o seu aparecimento. Uns 250 anos mais tarde, S. Jerônimo, que por muitos é aclamado como o maior erudito da Escritura em todos os tempos, fez uma versão inteiramente nova, para o latim, dos textos originais do Antigo Testamento. No mesmo período apareceram versões em siríaco, gótico, em vários dialetos egípcios e assim por diante, conforme o requeriam as necessidades.

Até quase o tempo da Reforma, o latim continuava sendo a língua do público leitor. De fato, a base de toda educação era a gramática latina. Todo aquele que podia ler, podia ler latim. Era a

língua das escolas e das universidades. As aulas nas grandes universidades medievais eram dadas em latim. As línguas modernas não se desenvolveram senão pouco antes da Reforma. Quando elas começaram a ser comumente faladas, traduções da Bíblia foram feitas e publicadas nessas línguas.

A Bíblia antes de Lutero

Contrário à falsa opinião, largamente difundida, de que Lutero foi o único que deu a Bíblia ao povo na língua que este podia entender, há o inquestionável fato histórico de haverem catorze edições da Bíblia em alemão e cinco em holandês feito o seu aparecimento antes de Lutero ter dado a sua tradução ao mundo de língua alemã. Na biblioteca dos Irmãos Paulinos, anexa à igreja de S. Paulo Apóstolo na cidade de New York, há um exemplar da nona edição de uma Bíblia alemã impressa por A. Cogurger em Nuremberg, no próprio ano em que nasceu Martinho Lutero. Uma tradução em espanhol foi publicada em 1478. Na Itália, havia uma versão italiana tão popular, que foi reimpressa dezessete vezes antes da publicação da edição alemã de Lutero. Na França, traduções da Bíblia em francês foram publicadas de 1478 em diante.

Traduções portuguesas

Leonel Franca, S.J., em *Catolicismo e Protestantismo*, 2ª ed. (Agir), p. 203 s., escreve: "Portugal, ape-

sar da semelhança de idioma facilitar nêlo o uso das versões espanholas, teve também muito cedo a sua tradução vernácula. Fernão Lopes, na sua *Crônica d'El-Rei D. João*, refere que êsse rei (1385-1433) mandara traduzir quase todo o Nôvo Testamento e já sob o reinado de D. Dinis os monges de Alcobaça, com uma "História d'abreviado Testamento Velho", haviam também vertido os Atos dos Apóstolos. Remontam, portanto, aos princípios do século XIV as primeiras versões portuguesas dos Livros Santos de que temos atualmente conhecimento".

Bíblia anglo-saxônia

Na Inglaterra, versões, ao menos das partes mais populares e mais úteis da Bíblia, para idioma anglo-saxônio, fizeram o seu aparecimento já desde 670. A versão manuscrita geralmente atribuída a Wicliff pode absolutamente não ter sido obra dêle. A matéria é discutida. Desde o tempo de Lutero houve uma constante sucessão de Bíblias inglêsas impressas, cada qual aproveitando-se das suas predecessoras e corrigindo alguns dos seus erros ou inexatidões, até que finalmente ali apareceu a merecidamente famosa Versão "King James" de 1611. Era ela baseada em tôdas as suas predecessoras, mas foi bem sucedida em eliminar muitos erros delas. Contudo era imperfeita, principalmente por causa dos textos grego e hebraico imperfeitos nos quais ela se baseou.

Desde 1611 vastos progressos foram feitos na restauração dos textos originais, devidos ao descobrimento de muitas novas cópias manuscritas. Consequentemente, foi necessária uma revisão. Foi ela publicada entre 1881 e 1885, e então foi declarado que o texto grego do Nôvo Testamento seguido em 1885 diferia, em 5788 passagens, do texto grego no qual a "King James" original se baseara. Uma revisão posterior foi publicada nos Estados Unidos em 1901. Porém, desde então, mais outras novas descobertas e estudos resultaram num texto grego ainda melhor, e, assim, em 1946, houve outra revisão da Versão "King James" do Nôvo Testamento. Feição saliente desta versão é que a conhecida conclusão do Pai-Nosso: "pois teu é o reino e o poder e a glória para sempre, Amém", é relegada a uma nota de rodapé com estas palavras: "Muitas autoridades, algumas delas antigas, acrescentavam isso de alguma forma". Os editôres vieram a concordar com a versão católica, que nunca conteve essas palavras. Essas palavras conclusivas são, sem dúvida, uma interpolação, um subsequente aditamento ao texto, e não faziam parte da Oração Dominical conforme Nosso Senhor a ensinou.

A Oração Dominical

Uma breve explicação de como essas palavras vieram a ser insertas nos manuscritos gregos do Nôvo Testamento pode ser aqui de interesse. A essas palavras acrescentadas alude-se às vezes

como ao "final protestante da Oração Dominical". Isto só é verdade no sentido de ser essa intercalação corrente em círculos protestantes, porém ela estava em uso séculos antes do surgimento dos Reformadores, e é derivada de fontes católicas. A sua forma mais antiga é achada no *Didaché*, documento cujo título completo é "A Doutrina dos Doze (Apóstolos)", e que foi composto ainda no século segundo depois de Cristo.

Essas palavras eram comumente pensadas às orações públicas da Igreja no fim de cada invocação. Mesmo quando a Oração Dominical era recitada, essas palavras seriam acrescentadas no fim, mui provavelmente como hoje o final "Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo" é frequentemente acrescentado ao final das orações. Aquêles que copiavam os manuscritos do Evangelho segundo S. Mateus haviam-se acostumado tanto a ouvir essas palavras aditadas no fim da Oração Dominical, que, quando as viam faltando nos seus manuscritos do Evangelho, concluíam que alguém intencionalmente as omitira. Assim, um copista e depois outro inseriu essas palavras, até que elas se introduziram em grande número de cópias. *Mas durante todo o tempo os manuscritos mais antigos e mais fidedignos não as tiveram.* A versão latina não as tinha, porém elas se introduziram naquilo que foi o texto grego "Recebido" ou aceito. Uma vez que os protestantes fizeram a sua tradução do Texto Grego Rece-

bido, que tinha essas palavras, iam elas postas na versão protestante corrente. Mas, uma vez que os católicos fizeram a sua tradução daquilo que naquele tempo era o texto latino muito mais cuidado, o qual omitia essas palavras, elas não são achadas na tradução feita pelos católicos em 1582.

Os católicos ingleses

Os católicos ingleses, no tempo em que numerosas versões inglesas estavam sendo publicadas pelos protestantes, lutavam com tremendas dificuldades. Eles não eram tolerados na Inglaterra; sua propriedade era então confiscada. Muitos eram enforcados, esquartejados ou estripados pela única razão de recusarem transgredir a sua fidelidade do sucessor de S. Pedro em Roma pelo polígamo e divorciado Henrique VIII, rei da Inglaterra. Todavia, a despeito dessas dificuldades, puderam eles dar a lume uma tradução das Escrituras. O Novo Testamento foi publicado em 1582 mas o Antigo Testamento, devido a dificuldades financeiras, não foi publicado até 1609. Como essa tradução foi feita e publicada parte em Rheims e parte em Douay, conhecida como a versão Rheims-Douay. Genuína erudição entrou na sua feitura, porém ela era extremamente servil e literal na sua aderência ao latim da Vulgata. Contudo, tinha certas expressões vigorosas e cheias de força, e responde pela introdução, no vocabulário inglês, de palavras de derivação latina que ainda são de

uso corrente. Essa versão foi revista pelo Bispo católico inglês Challoner em 1749-1752.

Dentro da última metade do século, ou que tal, numerosas versões da Bíblia, ou de parte dela, fizeram o seu aparecimento. Algumas delas foram preparadas por acatólicos e algumas por católicos.

Para os que desejarem verificar os fatos e algarismos aqui dados no tocante a traduções da Bíblia para o alemão e outras línguas modernas, recomendamos um livro que não pode ser suspeitado da menor parcialidade católica: "The Cambridge Modern History" (A História Moderna de Cambridge"), Vol. I, pp. 639-641 em particular.

Você está preparado para compreender a Bíblia?

Muitas pessoas fizeram um genuíno esforço para ler a Bíblia, mas abandonaram-na. "Não pude fazer dela pé com cabeça", dir-lhe-ão elas.

Tais pessoas raramente são de censurar. A verdade é que elas não estavam preparadas para ler e apreciar a Bíblia. Para elas, a Bíblia é tão confusa como o seria um livro da mais alta matemática para alguém que nunca tivesse aprendido os elementos da aritmética.

A Bíblia nunca pretendeu ser um livro de texto para os que mal sabem rabiscar no estudo da religião revelada. A verdade de Deus revelada não é apresentada metódicamente na Escritura. O ensino de Cristo não é dado de



forma sistemática. Mesmo uma leitura superficial do Livro inspirado deveria convencer uma pessoa razoável de que os livros individuais ou todos eles juntos não tiveram em mira ensinar todas as verdades da revelação divina aos que as estão aprendendo pela primeira vez.

Leia o Antigo Testamento, e verá que ele contém as tradições mais primitivas do gênero humano, as leis, as cerimônias para culto, a história, a moral e a literatura devocional do povo judeu, que viveu, por dois mil anos ou mais, sob a especial providência de Deus.

No Nôvo Testamento o leitor achará quatro breves relatos da

vida, das palavras e ações de Jesus Cristo, um resumo da atividade dos Apóstolos, ou pelo menos de vários d'êles, na Igreja primitiva, juntamente com cartas de instrução e de direção moral, dirigidas por S. Paulo à Igreja em lugares particulares; e, igualmente, cartas de Pedro, Tiago, João e Judas aos cristãos em geral, etc.

Todos os escritos do Artigo Testamento foram dados por Deus por meio de escritores que se dirigiam aos que possuíam a fé judaica. Eles podiam presumir, e presumiram, que os seus leitores estariam familiarizados com os ensinamentos religiosos dessa fé. Os escritos do Nôvo Testamento também são dirigidos a crentes da Fé cristã, e, embora sendo livros inspirados, presumem que a verdade revelada já era conhecida e aceita.

Em parte nenhuma êsses escritos inspirados se apresentam como um completo manual, ou livro de texto, da revelação cristã. Falam dela como de algo já comunicado, já crido. Aludem a ela como a algo já conhecido e simplesmente necessitando de explicação. A finalidade d'êles era sômente confirmá-la, e induzir os cristãos a praticarem-na de acôrdo com as exigências de Cristo. Tais escritos nunca pretenderam ser a única e direta fonte da verdade cristã para aquêles que nunca tinham ouvido falar dela antes.

Conhecimento preliminar

As dificuldades que as pessoas experimentam em ler as Escrituras não são inteiramente devidas à obscuridade da linguagem, nem às verdades inspiradas e sublimes de que elas tratam. Essa dificuldade também é causada pelo fato de as pessoas começarem a lê-las sem o necessário preparo, sem o conhecimento preliminar que elas pressupõem nos leitores. A Bíblia contém muitas alusões, insinuações e ilustrações que não podem ser correta e plenamente compreendidas sem êsse preparo.

A Bíblia é incompleta em si mesma, e só pode ser compreendida quando lida à luz da Fé cristã preservada e ensinada pela Igreja. Os que lêem a Bíblia sem êsse ensino e prévia instrução toparam com inelutável dificuldade, e há muitos erros em que podem cair.

Tome, como exemplo, a questão proposta ao Apóstolo Filipe nos Atos (cap. 8) por alguém que achou necessário assegurar a sua salvação: "Que deverei fazer para ser salvo?" O Apóstolo respondeu e disse em substância: "Crê no Senhor Jesus Cristo e sê batizado: e serás salvo". Aqui está uma questão muito simples, expressa de maneira a mais simples possível; a resposta parece igualmente chã e simples. Duas coisas são requeridas: crer no Senhor Jesus Cristo e ser batizado. Mas será isto tão simples assim? Suponha que o inquiridor fôsse atraído pela religião judaica e ti-

vesse algum conhecimento elementar do ensino dela concernente ao Messias prometido predito pelos profetas judeus; nesse caso a crença em Jesus Cristo como o Messias prometido teria para êle alguma significação. Mas suponha que a questão fôsse formulada por um pagão que não conhecesse nada da religião judaica; então a resposta seria sem sentido e, certamente, não simples nem suficiente.

Leitura insuficiente

A resposta do Apóstolo só se torna verdadeira, plena e adequada para todos os homens quando eles têm o ensino tradicional do que é crer no Senhor Jesus Cristo e ser batizado. Os que não têm nenhuma compreensão da Doutrina Cristã acharão praticamente impossível obter um conhecimento adequado dela pela leitura da Bíblia. Mas, quando eles têm essa compreensão, não podem achá-la somente na Escritura, podem achá-la também exposta de forma mais atrativa e impressiva. As Escrituras têm em mira aqueles que possuem a Fé cristã e aqueles que, ao menos até certo ponto, já foram instruídos nas doutrinas e preceitos do Evangelho.

A Igreja Católica nunca fez objeção à leitura da Bíblia, nem a desencorajou. Pelo contrário, sempre considerou a leitura da Bíblia como desejável ou proveitosa. Aprova e sempre aprovou o uso da Bíblia, e só faz e só tem feito objeção ao mau uso dela. A Igreja Católica sustenta que a Es-

critura foi escrita por inspiração de Deus e deveria ser usada para ensinar, reprovar, corrigir, instruir, aperfeiçoar o homem de Deus, e prepará-lo para toda obra boa. Mas não reconhece a Bíblia como sendo uma apresentação sistemática da verdade divina, nem como suficiente para ensinar a verdadeira fé a um leitor que para isso não esteja preparado por uma instrução preliminar.

Deus não escreveu nada

O princípio em que a Igreja insiste é um princípio muito simples e razoável, que se harmoniza com os fatos históricos. A revelação original de Deus não foi feita à humanidade por escrito nem por meio de um livro. Foi feita, no começo, imediatamente pelo próprio Deus, a certos indivíduos que a comunicaram aos outros. Os homens conheceram e creram a verdade, conheceram e creram a única religião verdadeira, ao menos na sua substância, muito tempo antes que o primeiro livro fôsse escrito.

Os primitivos crentes sob a dispensação cristã tiveram a Fé cristã ensinada a si oralmente por aqueles que haviam sido oralmente instruídos pelo próprio Cristo. A Fé assim pregada e transmitida pelos Apóstolos aos seus sucessores era possuída por aqueles que liam qualquer livro da Escritura; e, à luz desse conhecimento, eles interpretavam e compreendiam a Escritura.

Regra universal

Algo desta sorte é, obviamente, necessário no caso de toda linguagem, escrita ou não escrita. A linguagem escrita não é inteligível para os que ignoram os caracteres em que ela é escrita, ou que nunca aprenderam a ler. É igualmente ininteligível para os que, embora conheçam o alfabeto e sejam capazes de ler, contudo não entendem o significado das palavras escritas. A compreensão de uma palavra vem de dentro da mente, e não de fora, e, se o sentido não estiver na mente em algum grau, não há capacidade para entender o que ela significa.

A Igreja Católica segue, portanto, uma regra universal que é essencial para a compreensão de qualquer ensinamento por linguagem escrita ou não escrita. Do próprio Cristo recebeu a Igreja a Doutrina Cristã. Pondo os membros da Igreja de posse dessa doutrina de uma maneira compreensível para as mentes daqueles a quem se está dirigindo, ela fornece a luz e a direção necessárias para os habilitar a ler a Bíblia com proveito e sem perverterem as palavras dela para sua própria perdição.

A Igreja Católica concita seu povo a ler a Bíblia com espírito reverente, visto ela conter a palavra de Deus revelada e o próprio Deus nos falar através das suas páginas. Ela também nos concita a lermos as Escrituras sob a sua guia e direção, e a não as entendermos de modo nenhum

oposto ao seu ensino. O ensino da Igreja foi recebido do nosso Divino Salvador, e de Deus igualmente provém o ensino achado na Bíblia. Não pode haver oposição entre eles.

Não quer isto dizer que os católicos só possam ler as Escrituras quando um sacerdote esboça à mão para fornecer a correta interpretação delas, ou que não tenhamos o livre uso da nossa própria razão e entendimento para lermos as Escrituras e lhes desenvolvermos e aplicarmos o sentido. Isso não significa que os erros dos transcritores e tradutores não possam ser corrigidos ou que, ao corrigi-los, não possamos usar de todos os auxílios que possam ser derivados da história, da crítica e da ciência. Não significa que não possamos usar as ciências físicas e a literatura dos fatos trazidos à luz pelos exploradores e estudiosos da história natural, para ilustrarmos, ajustarmos o sentido literal do texto sagrado. Significa simplesmente que não estamos em liberdade para interpretar as Escrituras num sentido que seja contrário ao ensino da Igreja correntemente veio até nós desde o tempo de Cristo e dos seus Apóstolos.

Assim, os católicos, preparados por uma compreensão da Doutrina Cristã que recebem da Igreja, podem estudar as próprias Escrituras e trazer à sua Fé nova vida e vigor hauridos nas páginas inspiradas. E, com esta mentalidade, o eminente leigo católico Orestes A. Brownson concita os católicos a irem às Escrituras

e a estudá-las como o fizeram os cristãos das passadas gerações. "Recebamos a sublime instrução", escreveu êle, "como foi ditada pelo Espírito Santo, numa linguagem mais bela e mais sublime do que jamais se originou ou jamais poderia originar-se de homens não-inspirados. A nossa Fé aproveitará com isso; tornar-se-á mais ampla, mais pura, mais sublime e mais compreensiva; tornar-se-á mais forte, mais robus-

ta, mais enérgica, e mais capaz de resistir às seduções do erro e às tentações do vício. A nossa devoção tornar-se-á mais ardente, mais sólida, mais duradoura, emanando de um fixo e inalterável princípio de convicção, e não de um mero sentimento temporário ou de uma excitação emocional; e a nossa moral conformar-se-á a um padrão mais alto e tornar-se-á capaz de maiores sacrifícios e de ações mais heróicas".

Intuito real da Bíblia:-ensinar a religião

Os leitores da Bíblia têm muitos interesses, e cada um dêles volve-se para as páginas dela a fim de satisfazer o seu interesse particular.

Alguns usam a Bíblia como um livro de devoção, no qual acham pensamentos e inspiração para oração e meditação. Para outros, a Bíblia é um objeto de estudo. Estes estão interessados em literatura oriental, em história antiga, em moral, em formas de culto e coisas semelhantes.

Mas, seja qual fôr o seu intuito especial ao ler a Bíblia, cada um deveria ter em mente que a Bíblia é um livro religioso. O seu



ensino é preeminentemente doutrinário.

Por certo, muitas vezes os autores da Bíblia falam de fenômenos naturais, dos céus, da terra, do sol, da lua e das estrelas, e descrevem o universo físico conformemente à concepção popular e em linguagem prevalentemente do tempo. Mas o seu intuito não é ensinar ciência, e êles não estão escrevendo um relato científico.

E, embora contenha muitos fatos históricos fidedignos, a Bíblia não é primariamente uma história do povo judeu ou de qualquer outra nação. Mesmo naqueles livros da Bíblia em que é

copiosa a história, os fatos narrados, os detalhes selecionados e a maneira como eles são agrupados e apreciados indicam da parte dos escritores o objetivo de ensinar algo de muito mais valor do que os simples fatos que eles registam: — ensinar grandes verdades religiosas.

Essas verdades não são sistematicamente dispostas ou expressas em termos técnicos abstratos e precisos. São apresentadas de maneira concreta, popular e descritiva, adaptada do melhor modo à compreensão do povo para o qual foram intentadas.

Deus, como revelado a nós nas páginas da Escritura, é realíssimo. E' tão real, que só "o insensato disse no seu coração: Não há Deus" (Salmo 13, 1).

"São vão todos os homens nos quais não há o conhecimento de Deus e que, através dessas coisas boas que são vistas, não granjearam poder de conhecer Aquêlê que é, e, nem observando as obras, reconheceram quem era o Obreiro.. Eles não devem ser desculpados, porque, se puderam saber tanto para explorar o curso das coisas (o mundo e tudo nêlê), como não descobriram de preferência o Senhor delas?" (Sab 13, Rom 1, 19-20).

Os característicos distintivos de Deus são, igualmente, realíssimos. "Deus é espírito" (Jo 4, 24), e, como tal, não pode ser visto nem tocado nem de qualquer forma percebido pelos sentidos humanos. Diferentemente de tudo o que conhecemos neste mundo, êle não é afetado pela mudança cons-

tante que a passagem do tempo opera em tôdas as coisas. E' imutável, e a sua vida não é medida pelo tempo (Sl 101, 26-28; He 1, 10-12). Não está limitado a um único lugar, mas está presente onde quer que as suas criaturas necessitem que a sua onipotência as conserve em existência (Jo 23, 24). Conhece a mais íntima natureza de tudo o que êle fez. O seu conhecimento penetra a "o fundo das profundezas... nos corações dos homens, nas partes mais ocultas" (Eccl 23).

Êle é bom... e não há impenfeição de mal nêlê ou no seu trato com os homens (Lv 11). É justo, e os seus juízos são justos e perfeitos (Sl 118); mas sobretudo é misericordioso e benigno (Sl 103), e, na medida em que os homens em particular entram em causa, muito exorável é o seu amor a êles e a tudo o que êle fez (Jo 3).

Somente um único Deus

Qualquer leitor da Bíblia fica impressionado com a enfática insistência sobre o fato de não haver senão *um único Deus* verdadeiro: não há outros (Dt 6, 4; Cor 7, 4). Todavia, quando a humanidade progredira suficientemente e foi capaz de libertar-se dos supersticiosos conceitos populares de muitos deuses, o único Deus verdadeiro revelou-se como realmente é: Três Pessoas Divinas; Três Pessoas individualmente distintas; Três Pessoas em cada qual divina porque cada qual possuindo uma só e mesma natureza divina — "o Pai, o F

lho e o Espírito Santo" (Mt 28, 19). Este fato foi dado a conhecer pelo "Filho unigênito, que está no seio do Pai", e que se fez homem e "habitou entre nós" (Jo 1).

Como os homens o viram

Enquanto a Escritura contém muita informação valiosa concernente a Deus, relativamente tem pouca coisa a dizer no tocante ao vasto universo do qual fazemos parte. Ela não vai além da descrição das aparências exteriores dos céus e da terra, do vasto teto abobadado dos céus, da plana extensão da terra, e do movimento do sol de horizonte para horizonte. Estes são descritos como aparecem aos sentidos humanos, e em termos e em idéias dominantes no tempo. Que tais conceitos e linguagem nem sempre concordem com os conceitos científicos de tais coisas hoje estabelecidos, isto não quer dizer que os escritores tenham sido culpados de erro. Eles não estiveram em erro mais do que o moderno cientista que sabe que a terra gira em relação ao sol e que, no entanto, diz ao seu amigo que irá caçar "ao nascer do sol". A linguagem deles não pretendia ser científica. Como muitas vezes tem sido dito, eles não estavam interessados em saber como vão os céus, mas sim em como ir para o céu.

A única verdade básica concernente ao universo repetidamente acentuada na Bíblia é: "Contemplai o céu e a terra e tudo o que nêles está, e considerai que Deus

os fez do nada..." (2 Mac 7, 28). Todas as coisas, visíveis e invisíveis, que são distintas de Deus são criaturas de Deus. "O céu e a terra passarão", e, passando, serão transformados num "nôvo céu e numa nova terra" (Mt 5, 18; 2 Pedro 3, 13).

A alma do homem

E' com o homem e com as suas relações com Deus que a Bíblia está principalmente relacionada. Como tudo o mais no mundo, todo homem é criatura de Deus. O seu corpo é formado de material preexistente, e é vivificado e animado por uma alma espiritual e imortal que é criação direta de Deus (Gn 2, 7). Os seres humanos diferem *em espécie* dos outros animais na terra (Gn 2, 20). A sua superioridade acha-se principalmente na sua alma (Mt 16, 16), porque na sua alma é que eles trazem a imagem e semelhança de Deus (Gn 1, 20). São todos uma grande família humana (At 17, 26), descendentes do primeiro par humano.

A condição em que Deus pretendeu que vivessem os primeiros homens e mulheres e os seus descendentes difere vastamente daquela em que achamos a família humana vivendo atualmente. A condição do primeiro homem e da primeira mulher era, originalmente, feliz e privilegiada. Eles eram inocentes do mal (Gn 3, 5) e gozavam uma especial familiaridade com Deus (Gn 2, 19). O sofrimento de doença e de toda dor física devido ao trabalho ou a qualquer outra causa eram-lhes

desconhecidos. Eles sabiam da morte corporal somente como um possível castigo da deslealdade ao seu Criador, a cuja vontade, como criaturas morais responsáveis, eles eram obrigados a obedecer.

Não diversamente de uma pessoa que sempre gozou excelente saúde, que não sabe o que é estar doente, que raramente observou em primeira mão uma doença grave ou a morte, e que toma as bênçãos de uma boa saúde algo como coisa pressuposta até perderem-na, o primeiro homem perdeu o seu estado feliz e privilegiado. De que modo essa condição em que ele vivia foi perdida — pela sua deliberada desobediência à ordem de Deus — vivamente descrito no primeiro Livro da Bíblia (Gn 3). Depois disso, o homem é sujeito à dor física, ao sofrimento e à morte. E' propenso ao erro, e tem uma inclinação para o mal que é descrita como uma "lei nos seus membros, em luta contra a lei do seu espírito" (Rom 7, 23, 24). Ademais, as nefastas consequências do seu pecado e o estado pecaminoso a que ele foi reduzido foram compartilhados pelos seus filhos e herdados pela família humana inteira: "Assim como por um só homem (Adão) o pecado entrou neste mundo, e pelo pecado a morte; assim também a morte passou a todos os homens, naquele todos pecaram" (Rom 5, 12).

O homem precisa de Deus

Mesmo se ainda possuía a inteligência como parte essencial da natureza humana, e mesmo se, como agente livre, ainda havia nêle a capacidade de fazer algum bem, o primeiro homem, e toda a humanidade dêle descendente em estado semelhante, não podiam restabelecer-se na condição privilegiada sem o auxílio especial do Deus misericordioso de cuja graça e amizade eles haviam decaído. Mas, logo depois do desastroso pecado do primeiro homem, a êle e a toda a família humana foi prometido um Redentor (Gn 3, 15) — um Redentor que em toda parte é chamado um "segundo Adão", pelo qual seria restaurado tudo o que o "primeiro Adão" perdeu para si e para a sua posteridade. Porém, mesmo antes que o Redentor realmente aparecesse no mundo, Adão e os seus descendentes podiam merecer o misericordioso perdão de Deus pela fé no Redentor prometido e mediante um humilde pesar dos seus pecados (Sl 1, 3, 4-19).

A medida que o tempo passava (quanto, ninguém pode dizer, pois não há cômputo completo e consecutivo de tempo no Antigo Testamento), as consequências do pecado do homem apareceram cada vez piores na família humana até onde esta se espalhara pela terra. As várias tribos e povos esqueceram o único Deus verdadeiro que os criara, e caíram nas mais grosseiras espécies de superstição. Foi então que Deus escolheu

Abraão, separou-o dos seus associados adoradores de ídolos na Mesopotâmia, e dos descendentes dêle formou um povo, peculiarmente seu, os filhos de Israel. Estes deviam ser um "reino sacerdotal e uma nação santa" (Êx 19, 6). Era sua missão preservar o conhecimento e serviço do Deus verdadeiro, e dêles a salvação deveria ser estendida aos gentios (Gn 12, 3).

No seio desse povo escolhido, a esperança no Messias ou Redentor do mundo foi guardada viva. Essa esperança originava-se da promessa de livramento feita depois do pecado do chefe de toda a humanidade, e foi gradualmente desenvolvida e levada a designar uma pessoa possuidora de características que cada geração haveria de apreciar. A Abraão, êle era prometido como uma fonte de bênçãos para todas as nações (Gn 22, 17, 18); a Judá, como um grande condutor (Gn 40, 10); a Moisés, como o autor de um novo regime (Dt 18, 18). Sob os Reis, foi êle descrito como alguém cujo governo santo se estenderia a todas as nações (2 Rs 7, 11-16), e como uma pessoa padecente que, morrendo, expiaria os pecados do povo (Is 50, 3).

Cristo predito

Em livros posteriores da Bíblia, novos e mais distintivos característicos do Messias foram descritos. Ele era "o Filho do Homem" (Dan 7, 13), "o desejado de todas as nações" (Ageu 2, 8). Até mesmo uma viva descrição

dos sofrimentos que êle seria forçado a aturar nas mãos dos seus contemporâneos é dada (Sab 2, 11-20).

Estas e muitas outras predições concernentes ao Messias foram cumpridas na vida e caráter de Jesus Cristo. Ele veio ao mundo, e nêle se focalizaram todas as profecias do passado. Dêle irradiaram todas as obras milagrosas que eram esperadas no Redentor futuro. Êle era o Filho de David, que aceitou o título de "Messias" (Jo 4, 25, 26) e "Filho do Homem" (Jo 1, 51). Descreveu a sua própria missão como sendo a de redimir o mundo (Mt 20, 28), e praticou as obras que só por Deus onipotente podiam ser efetuadas, e que deram aprovação divina às suas pretensões (Lc 7, 22).

«Ouvi-o»

Tudo o que é dito de Jesus pode ser resumido nas palavras de Deus Pai: "Este é meu Filho bem-amado. Ouvi-o".

Êle nasceu rei (Mc 15, 2), mas declarou que o seu "reino não era deste mundo" (Jo 18, 36). Os seus mundanizados contemporâneos recusaram reconhecê-lo como o poderoso libertador do povo judeu que êles haviam esperado. Em vez disso, fizeram-no matar por se haver solenemente proclamado verdadeiro Filho de Deus (Lc 22, 71). Mas êle ressuscitou dos mortos como havia predito e como também haviam predito os profetas muito tempo antes dêle (Mt 16, 21), assim tornando evidente que êle era "o Cristo" pro-

metido séculos antes (At 2, 36), e que “não há salvação em nenhum outro, pois não há outro nome sob o céu dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (At 4, 12).

Quando Jesus Cristo deixou esta terra, a fundação da sua Igreja era um fato consumado. Conforme registado nos Evangelhos, êle escolhera e adestrara os seus Apóstolos para a continuação da sua missão entre os homens, e, depois da sua partida, era nêles e por meio dêles que êle devia fazer a conquista religiosa do mundo (Jo 20, 21; Mt 28, 19-20; At 1, 8).

De fato, mal havia êle deixado a terra, aquêle a quem êle, que a si mesmo se chamara o Bom Pastor, confiara pessoalmente o cuidado do seu rebanho (Jo 21, 15), o Apóstolo Pedro, começou a exercer o seu officio e a ensinar e a governar a Igreja com autoridade (At 1, 15 ss.; 2, 4 ss.; 5, 1 ss.). Todos os Apóstolos, com Pedro à frente, começaram a cumprir a missão que lhes dera o Senhor.

Como homens mortais, os Apóstolos passariam, mas a Igreja, com os seus sucessores legais no ministério (At 20, 28; Tito 1, 5 ss.), os quais eram delegados para ensinar e levar os Sacramentos de Cristo aos homens para sua santificação e salvação (Tito 3, 5), estava fundada para durar até o fim dos tempos e para ficar sendo para sempre “a coluna e fundamento da verdade”.

Igreja infalível

Contudo, não quer isto necessariamente dizer que todos os membros da Igreja ou os sucessores dos Apóstolos se provassem fiéis à graça de Deus, porquanto Cristo previu a sua Igreja como formada tanto de bons como de maus (Mt 13, 21 ss.), e mesmo às vêzes, governada por aquêles que se provariam indignos do seu encargo (Lc 12, 42-46). Mas que dizer que a Igreja de Cristo, com Pedro e seus sucessores no lugar a êles dado por Cristo, protegida por Cristo (“Eis que estou convosco todos os dias até o fim dos séculos”), continuar sempre no mundo a missão, a ensinar divinamente confiada, de ensinar e santificar os homens de boa vontade.

Quando êstes, ou sejam os pontos mais salientes da Bíblia, são cuidadosamente considerados, deve-se ter em mente que o corpo da verdade divinamente revelada que ela contém tornou-se mais claramente definido através de fase de gradual e progressivo desenvolvimento. Conforme Agostinho o grande intérprete da Bíblia elegantemente o define, “o Novo Testamento está latente no Antigo, e o Antigo Testamento está patente no Novo”. Quer dizer: o Antigo Testamento só é corretamente entendido na sua realização no Novo, e o Novo Testamento só é corretamente entendido como sendo o cumprimento do Antigo.

E', pois, um êrro ler os livros do Antigo Testamento e espera-

achar nêles muitas verdades, tais como a sobrevivência pessoal do homem e a sua ressurreição na vida futura, tão claramente definidas como nos ensinamentos de Cristo. Erro ainda maior é citar passagens do Antigo Testamento como se a crença numa sobrevivência pessoal após a morte não existisse.

- Erro é também, e mui trágico, ler as páginas do Antigo Testamento e aplicar aos cristãos as doutrinas achadas nelas, como se Cristo, que veio cumprir e aperfeiçoar o Antigo Testamento, ainda não houvesse vindo. Tal é o erro dos que consideram a libertação do homem do pecado através da Redenção de Cristo como devida meramente ao ato legal do perdão de Deus. Esses ignoram a real mudança interior do homem, de um estado de pecado para um estado de gozo da graça vivificante de Deus, pela qual os cristãos novamente se tornam filhos adotivos de Deus. Tal é também o erro dos que queriam obrigar os cristãos a viverem de acordo com preceitos tais como a observância sabática que Deus impôs à humanidade antes da vinda de Cristo, e que agora deve ser obedecida como mandada por Cristo e aplicada pela sua Igreja.

Na Bíblia achamos Deus educando a humanidade com a Revelação divina que sempre foi dada em forma de ensinamento divino adaptado às maneiras e condições dos tempos. O Antigo Testamento foi um "mestre" para os judeus, apontando distintamente para Cristo e educando-os por graus lentos em mira à vinda dEle (Gál 3, 23-25). De tempo em tempo novas verdades eram feitas conhecer por Deus, e outras eram tornadas mais claras à medida que a humanidade estava preparada para as receber: "Deus, que em diversos tempos e de diversas maneiras falou em tempos passados aos pais pelos profetas, ultimamente, nestes dias, falou-nos por seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e por quem também fez o mundo; o qual, sendo o resplendor da sua glória e a imagem da sua substância, e sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, efetuou a purificação do homem do pecado, e tomou assento à destra da Majestade nas alturas..." (Heb 1, 1-3).

No tempo passado, Deus sempre deu o seu ensino por intermédio de um docente vivo; hoje o dá por intermédio do corpo docente vivo da sua Igreja.

Siga estas regras quando ler a Bíblia

Como qualquer outro livro que tenha vindo até nós dos tempos antigos, a Bíblia deve ser interpretada segundo as regras fundamentais ditadas pelo senso comum. Essas regras devem ser seguidas para se ler a Bíblia inteligentemente tanto como para estudá-la cientificamente.



vêzes sucede, então es-
tá realmente envenena-
do as fontes da verdade
divina. Por isto, é a
maior importância consi-
guir a verdadeira mensa-
gem de Deus e ter a
guma garantia razoável
de se ter a correta com-
preensão da mensagem di-
vina.

O que todo leitor sincero da Bíblia procura é a mensagem que Deus deseja comunicar à humanidade. Na verdade, é imperativo que o leitor aprenda corretamente a mensagem revelada por Deus; do contrário estar-se-á iludindo a si mesmo em pensar que tem a mensagem divina. Isto ocasionará agir ele sob a noção equivocada de estar apoiado pela autoridade divina, quando não tem nada senão a sua própria autoridade falível, que entendeu mal e lastimavelmente frustrou a mensagem que Deus procurou comunicar. E não infreqüentemente sucede bradar ele e correr à imprensa para proclamar o que pensa ser a mensagem divina, quando isso é somente o seu falível modo de ver daquilo que a palavra inspirada significa. Se sucede estar enganado, como tantas

Devemos, antes de tudo, estar certos de obter o correto significado das palavras individuais. E' óbvio que, a menos que entendamos o significado de cada palavra separada, não podemos esperar obter o sentido da sentença formada por essas palavras. Ilustremos a regra por uma palavra aparentemente simples: *justiça*. Ela é de mui freqüente ocorrência, especialmente nos escritos de S. Paulo. Diz ele, por exemplo: "Concluimos que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei" (Rom 3, 28). Que é que quer aí dizer? A resposta é extremamente importante, porque depende a santificação e salvação do homem. "A fé", dizem alguns, "é a experiência emocional de aceitar Jesus como meu Salvador pessoal, e de gozar a consagran-
te segurança de que pelos méritos d'ele eu sou redimido, salvo

destinado a uma eternidade de felicidade no céu". "Fé", segundo outros, "é a minha convicção intelectual de que Jesus é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, de que ele é meu Senhor, e de que a sua palavra é definitiva e deve ser incondicionalmente aceita. Devo ser sujeito a ele. Devo dedicar-me a ele sem reserva, e considerar meu mais sagrado dever acertar com a vontade dele, meu Senhor, e executá-la tão exata e prontamente quanto o permitir a fragilidade humana". Há uma vasta diferença nestes dois conceitos de fé. Qual é o de S. Paulo? Não propomos discutir aqui a matéria, mas simplesmente assinalar que matérias de vital importância, para cada um pessoalmente, pendem da definição que aceitarmos ou da compreensão que tivermos de fé.

Que é a «Fé»?

Em Rom 14, 23, lemos: "Aquêle que duvida, se comer, está condenado, porque não obra segundo a fé; pois tudo o que não é segundo a fé é pecado". Deveria ser óbvio que é extremamente difícil para a média dos leitores sacar desta passagem o verdadeiro sentido, ou mesmo entender corretamente a palavra *fé*. Alguns leitores têm tirado estranhas conclusões da última parte desse versículo. Têm concluído que todo ato do indivíduo sem fé é pecaminoso, tais como, por exemplo, o afeto natural que uma mãe tem a seu filho, ou os atos caridosos de um homem naturalmente dotado de bom coração.

Isto, por certo, é absurdo. Toda-via esta posição tem sido tomada por alguns leitores de S. Paulo.

Voltando à passagem supracitada, de Rom 3, 28, — achamos menção de *obras da lei*. O sentido da passagem só pode ser apreendido se estiver claro o que se entende por atos da lei. Serão atos prescritos pela lei de Moisés? E, se o são, entender-se-ão todos eles, ou só alguns? Quer isso dizer simplesmente a circuncisão e outras práticas cerimoniais prescritas pela Lei Moisaica? Aqui estão questões de grande importância, até mesmo de importância eternamente decisiva. Elas exigem uma resposta certa.

O nexo das palavras, na sentença, uma com a outra, deve ser determinado. Podemos acertar com o que é o sujeito, com o que é o predicado, com o que são os modificadores de cada um, e assim por diante. Isto, por certo, é feito pelos tradutores, mas às vezes há lugar para discordância quanto ao modo como eles constroem as partes de uma sentença. Também devemos determinar se o verbo é indicativo ou imperativo. Em grego, as duas formas às vezes são idênticas. Aqui está um exemplo: João, 5, 39 reza na Versão "King James": *Perscrutai as Escrituras*. Porém todas as versões modernas disponíveis ao escritor no momento traduzem: *Vós perscrutais as Escrituras* (Versão-Modelo Revista, 1946); *Vós estudais a fundo as Escrituras* (Goodspeed). Assim

também muitas outras versões modernas.

Eis aqui o que um moderno comentador não-católico tem a dizer sobre essas palavras: "Jesus aqui não está exortando os Judeus; está argumentando com eles, e censurando-os pela sua obstinada rejeição d'Ele..."

"Era um dizer rabínico que 'aquêlê que adquiriu as palavras da Lei adquiriu a vida eterna'; e é a esta espécie de superstição que se referem as palavras 'Vós investigais as Escrituras, porque nelas pensais ter a vida eterna'... Em sentenças categóricas, *dokein* (pensar), em João, indica uma opinião enganada ou inexata; *humeis dokeite* significa "pensais erradamente".

Por que perscrutar as Escrituras?

"Não é possível tratar *ereunate* (vós investigais) como um impe-rativo, e fazer justiça a essas considerações. Por que haveriam os judeus de ser mandados perscrutar as Escrituras por sustentarem uma opinião errada a respeito da sua própria santidade? A leitura delas pela maneira formal dos Rabis não traria consigo a posse da vida eterna..." (Arcebispo Bernard [Anglicano] no *Comentário Crítico Internacional*).

Freqüentemente, entretanto, essas palavras são interpretadas pelos advogados das Escrituras como a única regra de fé e como o meio plenamente suficiente de salvação, como prova conclusiva de haver Cristo mandado todos os cristãos lerem as Escrituras como a única fonte da sua dou-

trina... para que, assim fazendo, estivessem seguros da vida eterna. Nosso Senhor não deu tal ordem ou segurança.

Deve ser levado em consideração o contexto. Por "contexto" entende-se a conexão da afirmação com aquilo que vem antes e com aquilo que a segue. As conclusões mais ridículas podem ser deduzidas das Escrituras se as passagens forem extraídas sem referência ao seu quadro. Judas "foi e enforcou-se" (Mt 27, 5). "Vai e faz assim também" (Lc 10, 37). Obviamente tal uso da Escritura é estúpido; todavia, haverá algo mais absurdo do que as citações cortadas do seu contexto que são feitas para encarecer alguma teoria ou condenar algum ponto de vista?

O exemplo precedente é absurdo, porém casos semelhantes, não menos absurdos, podem ser achados em publicações largamente difundidas. Lê-se: "S. João no Apocalipse pinta a falsa Igreja (Católica Romana) como uma mulher perdida "vestida de púrpura e escarlate, e enfeitada com ouro e pedras preciosas e com jóias, chamada Babilônia a grande"... governada por um homem de mistério, o anticristo..." Quem quer que leia inteligentemente o contexto dessa passagem no Apocalipse não pode deixar de concordar com os mais destacados comentadores não-católicos em que essa descrição se aplica ao antigo Império Romano que perseguia os cristãos, e a todos os similares governos perseguidores. Os que estiverem interes-

sados nisso podem consultar des-
tacados comentadores não-católi-
cos do Apocalipse.

Mais confusão

Eis aqui outro exemplo de ar-
rancar uma passagem do seu
contexto e lê-la em sentido con-
trário à intenção do autor. Mar-
cos 7, 9: "Rejeitais completamen-
te os mandamentos de Deus, para
poderdes guardar a vossa própria
tradição". Todo leitor razoável
pode prontamente inferir dos ver-
sículos adjacentes dêsse capítulo
que Jesus disse essas palavras a
respeito dos fariseus. Porém cer-
tos leitores levianos da Bíblia
procuram aplicar essa referência
à Igreja Católica, por haver a
Igreja Católica retido sempre,
através dos séculos, uma viva
consciência de tudo o que Cris-
to ensinou, e porque a Igreja in-
siste em chamar a essa viva cons-
ciência "tradição divina", embora
ela não apareça na Bíblia. Como
a tradição divina ensinada pela
Igreja Católica é somente aquilo
que o próprio Cristo ensinou, ób-
viamente néscio é sugerir que
Cristo haja condenado tal ensino.

Outro erro

Agora tomemos outro exemplo.
Ao escrever a Timóteo estipulan-
do as qualificações dos bispos, S.
Paulo diz que o bispo deve ser ir-
repreensível, *marido de uma só
mulher* (1 Tim 3, 2). Alguns lei-
tores da Bíblia, menosprezando
o fato de S. Paulo, noutros lu-
gares, aconselhar o celibato, ime-
diatamente saltam para a con-
clusão de que a Igreja Católica

está em oposição direta à pala-
vra escrita de Deus quando não
só não insiste em que seus bis-
pos sejam homens casados, como
também quando, pelo contrário,
insiste em que eles sejam celiba-
tários. Um comentador não-cató-
lico que segue as regras da inter-
pretação diz-nos o que S. Paulo
realmente quis dizer: "A frase
poderia implicar que um bispo
deva ser um homem casado... mas tal requisito dificilmente
seria coerente com o ensino de
Nosso Senhor (Mt 19, 12) e de
S. Paulo (1 Cor 7, 7-8); por isto,
o escritor só está cogitando do
verdadeiro caráter de um bispo
se ele é casado; como no versí-
culo 4 ele só trata da relação aos
filhos dêle *se ele tem filhos*".

Não só os versículos imedia-
mente adjacentes, mas também o
contexto remoto devem ser toma-
dos em consideração para deter-
minar a mensagem divina. Por
isso entendemos que o conteúdo
inteiro da mensagem da verdade
revelada, como apresentada nas
páginas da Bíblia, deve ser le-
vado em consideração para se
chegar a uma correta compreen-
são da mensagem e ao seu
significado.

Deus é um bom mestre, e adap-
tou a sua mensagem à fase de
desenvolvimento intelectual e de
progresso moral do seu povo. E
foi por isto que não preferiu, nos
tempos do Antigo Testamento,
fazer qualquer revelação clara e
explícita acerca das condições dos
espíritos saídos dêste mundo.
Realmente, há ali passagens que
poderiam facilmente induzir o lei-

tor bisonho à falsa conclusão de haverem alguns escritores do Antigo Testamento sustentado que o destino do homem depois da morte era uma completa cessação do ser, uma redução ao nada, o aniquilamento da natureza total do homem na morte. Mas, se essas passagens forem lidas à luz de outras mensagens do Antigo Testamento, ver-se-á que havia na mente dos Israelitas uma convicção definida de que o espírito do homem sobrevivia à morte do corpo. Com o progredir do tempo, essas noções sobre a vida após a morte, a princípio muito vagas, pouco a pouco se tornaram mais explícitas.

Finalmente, no Nôvo Testamento é claramente afirmado não somente que há sobrevivência do espírito do homem após a morte, mas também que essa sobrevivência será feliz e infundável para os bons, e desgraçada e interminável para os deliberadamente maus. Ademais, é tornado claro que, no fim dos tempos, os corpos dos bons e dos maus ressuscitarão igualmente para a vida e serão reunidos ao espírito ou à alma para fruírem a recompensa ou sofrerem o castigo merecidos pela alma enquanto permaneceu no corpo na terra.

Há outra espécie de contexto que não deve ser menosprezada se quisermos chegar à correta compreensão do ensino de Jesus. Este é chamado o contexto histórico, e quer dizer as condições do tempo, a concepção mental daqueles a quem as palavras foram originariamente dirigidas, e os

abusos e erros particulares contra os quais as palavras de Jesus foram dirigidas.

Há 19 séculos

Outra consideração coadjuvante é a interpretação dada às palavras do Senhor por aqueles que mais de perto estiveram associados a êle, e que portanto estavam em excelente posição para compreender o pleno significado delas. O fato de 1.900 anos se separarem da estada de Cristo na terra coloca-nos numa grande desvantagem.

Um só exemplo ilustrará este princípio. Jesus disse: "A ninguém chameis vosso pai na terra, pois um só é vosso Pai, aquele que está nos céus" (Mt 23, 9). Estas palavras foram ditas em referência às práticas dos fariseus, que gostavam dos títulos honoríficos, cobizavam-nos avidamente, e com louca vaidade deleitavam em ser chamados chefes. Se podemos julgar pela formação colhida nos escritos bíblicos, Deus nosso Pai dos céus já não estava nas mentes dos escribas contemporâneos de Jesus mais do que como um Rabi glorificado. Dizia-se que Deus gastava três horas cada dia estudando a Lei, que observava exatamente as suas regras, que fazia votos, e que pela fidelidade delas era recompensado pelo grande Sinédrio celeste. Preferiria, pois, que, quando êle procuravam e conseguiam o título de Rabi (mestre) ou Pai, consideravam-se como a fonte última do seu ensino e da autoridade

legal. Deixavam de reconhecer a sua completa dependência de Deus, que é só quem é a Infinita Sabedoria e a Infinita Ciência, e, como tal, a única fonte original de toda sabedoria e ciência humanas. Os fariseus foram, desarte, denunciados por Nosso Senhor por causa da sua arrogância e vaidade, e os Apóstolos e todos os seguidores de Jesus foram advertidos de os não imitarem nesses vícios. "A ninguém chaméis rabi, pois sois todos irmãos".

Naquele tempo a hierarquia cristã ainda não fôra estabelecida; os Apóstolos ainda não haviam sido incumbidos de irem pelo mundo e ensinarem todas as nações. Os Apóstolos naquele tempo ainda eram dados a questionar entre si quanto a quem era o maior, e a perguntar se lhes seriam concedidos os primeiros assentos no reino do Mestre, quando êle fôsse estabelecido. Os Apóstolos precisavam dessa advertência, porém ela não exclui a subsequente designação de um deles como o Apóstolo-chefe, que, subordinado a Jesus, fôsse chefe e guia dos outros.

De fato, o Mestre predisse que Pedro deveria fortalecer a fé de seus irmãos (Lc 22, 32), e designou-o como o pastor para velar pelo rebanho do Mestre na terra, os seus cordeiros e as suas ovelhas (Jo 21, 15-16). Assim Pedro veio a ser o representante terreno, o vigário do Bom Pastor Jesus Cristo, e portanto um pai para o rebanho. Isto não queria dizer um "pai na terra" cuja paternidade se originasse dele

mesmo, senão um estado divinamente autorizado que tinha as suas raízes no céu, na paternidade de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo. Nesta qualidade, Pedro era um humilde instrumento nas mãos de Deus.

Significado de «Pai»

Que essa é a correta compreensão das palavras de Nosso Senhor parece claro pela prática de S. Paulo, que aceitou o título de "pai". Escreve êle aos Coríntios: "Embora tenhais dez mil instrutores em Cristo, não tendes muitos pais: pois em Cristo Jesus gerei-vos por meio do evangelho" (1 Cor 4, 15). Noutro trecho Paulo chama a Timóteo seu filho (1 Tim 1, 2). Se Timóteo é filho de Paulo, então Paulo é pai dêle em algum sentido. S. Paulo gerou os Coríntios, é pai deles em algum sentido, porque to precisamente o ato de gerar é que torna alguém pai. Paulo não atribuiu essa paternidade aos seus próprios esforços. Torna perfeitamente clara a sua concepção do seu papel como pai. "Fale o homem de nós como de ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus" (1 Cor 4, 1). "Eu plantei, Apolo regou, mas foi Deus quem deu o crescimento" (1 Cor 3, 6). Paulo considera-se meramente um instrumento de Deus; a vida espiritual e o seu incremento são obra do próprio Deus. Se Paulo houvesse atribuído isso a si mesmo e aos seus esforços exclusivos e àquilo que êle mesmo havia pessoalmente concedido aos Coríntios e a Timó-

teo, então estaria violando o espírito da proibição do Senhor de se chamar a alguém na terra "Pai".

Outra indicação de que não é absoluta a proibição do Senhor de chamar a alguém "pai" na terra é o fato de ele nos dizer: "Honra teu pai e tua mãe" (Mc 10, 19).

O que o Senhor teve em mira quando fez o reparo em questão foi isto: "Não andeis atrás de títulos vãos e altissonantes, nem façais praça dêles ostensivamente". Mas a mentalidade semítica nunca estava satisfeita com uma afirmação abstrata dessa espécie, e por isto tornou-a concreta usando os próprios títulos que os fariseus em vão procuravam e ostentavam com ostentação.

A linguagem na Bíblia deve ser entendida literalmente, exceto onde a interpretação literal redunde num absurdo. Uma regra geral a seguir para determinar se a linguagem é figurada ou literal é esta: sempre que a interpretação literal resultar em óbvio contra-senso, incongruência ou falsidade, o sentido figurado deve ser aceito. Por exemplo, quando Jesus chamou rapôsa a Antipas, da família de Herodes, obviamente o que ele quis dizer foi que êsse governante tinha alguns dos conhecidos característicos dêsse animal, e não que ele era um animal irracional dessa espécie, pois é fato histórico bem estabelecido que Antipas era um ser humano. Um ser humano não pode ser ao mesmo tempo ser hu-

mano e animal. Deve, pois, af sentido ser figurado.

Quando a interpretação figurada resultar em contra-senso absurdo ou contradição, o sentido deve ser literal. Por exemplo quando Nosso Senhor nos disse que devemos comer a sua carne e beber o seu sangue (Jo 6), de ter pretendido ser literalmente compreendido, porquanto a figura de linguagem "comer a carne de alguém" em uso bíblico quer dizer caluniar, devorar a reputação de um homem por falsidade. Pedir Jesus tal coisa um absurdo. Entretanto, não seria absurdo beber vinho que presente o sangue de Cristo o simbolize, e muitos pensam que tal foi o sentido pretendido pelo Mestre. Mas, se assim é, então outra dificuldade se nos depa: Metáfora tal nunca é achada na Bíblia; ela era desconhecida no auditório a que Jesus se estava dirigindo. Por que haveria Nosso Senhor de usar linguagem figurada para veicular verdade tão tremendamente importante, quando tal linguagem não seria entendida, e seria mesmo extremamente repulsiva para os seus ouvintes judeus? Os judeus consideravam um pecado até mesmo tocar o sangue, e o pensamento de bebê-lo teria sido abominável para eles. A conclusão forçosa para nós é a de que Nosso Senhor pretendeu que suas palavras fossem tomadas ao pé da letra.

Outro absurdo resulta da explicação figurada da passagem de João 6, concernente ao pão da vida. Nosso Senhor insistiu sôbi-

a necessidade de comer a sua carne e de beber o seu sangue, a despeito da revulsão do seu auditório. E isso deve ter sido por haver ele querido ser entendido no chão e óbvio sentido das palavras. Ele não teria permitido que um mal-entendido alienasse dele o povo que ele viera instruir e salvar. Mas não retirou nem explicou de outro modo nenhuma parte da sua afirmação. Uma simples palavra poderia ter destituído as palavras de todo vestígio de repulsividade. Isto só pode significar que ele quis ser literalmente entendido.

Há outro absurdo se tomarmos o sentido figurado das palavras "comer minha carne e beber o

meu sangue". Era prática de Nosso Senhor, quando usava linguagem figurada que pudesse ser mal entendida, abandonar a forma figurada de linguagem e falar com literalidade severamente chã. Isto ele o fez na sua conversa com Nicodemos (Jo 3, 1-12); com os discípulos, em mais de uma ocasião registada nos Evangelhos (Mt 16, 6-16; Jo 11, 11-14; Jo 4, 32-34; Jo 8, 32-34). Em Jo 6, há uma questão de vital importância para a vida e bem-estar espiritual dos seus seguidores. Usar linguagem figurada que pudesse dar ocasião a que os seus seguidores o abandonassem, é processo inimaginável da parte do meigo Salvador.

Por que a Bíblia necessita de um intérprete autorizado

Considerando tudo o que está envolvido na conveniente compreensão da Bíblia, é claro que ela é um livro difícil de ser entendido. Essa dificuldade é experimentada até mesmo por especialistas em estudos bíblicos altamente educados e profundamente versados, e, em grau muito maior, pela média dos leitores.

Contudo, conforme S. Paulo nos diz (1 Tim 2, 4), Deus "quer



que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade". E S. Pedro recomenda que cada um esteja sempre preparado "para dar uma resposta a todo aquele que vos peça uma razão da esperança que está em vós"

(1 Ped 3, 15). Cristo exige como indispensável para a nossa eterna salvação que nós creiamos o que ele ensinou (Mc 16, 16). Mas como podemos crer senão

sabendo com certeza o que Nosso Senhor nos tornou conhecido? A sua exigência seria desarrazoada e incapaz de cumprimento se ele não houvesse fornecido meios de acertarmos de algum modo, no século vinte, clara, inequívoca e plenamente com aquilo que ele ensinou aos Apóstolos e que estes ensinaram a outros no século primeiro. Deve ele, pois, ter fornecido os meios de chegarmos à sua plena mensagem e à correta interpretação dela. Ele é bom demais, é sobejamente razoável, para exigir o impossível.

Neste ponto Protestantes e Católicos separam-se e discordam fundamentalmente. Mil e quinhentos anos depois do estabelecimento da Igreja Cristã, "a coluna e o fundamento da verdade" (1 Tim 3, 15), os Reformadores protestantes rejeitaram a autoridade da Igreja viva que chegara até eles através dos séculos. Substituíram-na pela autoridade da Bíblia, como cada leitor a interpreta por si mesmo. A mensagem essencial de Cristo foi inscrita nas páginas de um livro inspirado, diziam eles, e cada leitor que é sincero e honesto na sua procura da verdade terá o auxílio infalível do Espírito Santo para ler e compreender corretamente esse livro.

Para os católicos, a Igreja é e sempre foi "a coluna e o fundamento da verdade". Foi com a Igreja que Jesus prometeu ficar, e nela e por meio dela ele fala autoritariamente e inerravelmente à humanidade. Por meio do organismo vivo que, consoante S. Paulo, é o corpo de Cristo (Col 1,

17), Jesus Cristo ainda fala ao mundo, e transmite a toda a humanidade não somente a verdade divina, mas também a sua autêntica e correta interpretação. A Igreja está sempre alerta para advertir contra teorias perigosas e falsas que estão em conflito com os ensinamentos morais e doutrinários dados a conhecer à humanidade pelo divino Filho de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo. A Igreja fala clara, definida e concisamente. Não tergiversa em decisões vitais, não contemporiza nem se compromete quando se trata da verdade de Deus revelada. Como o seu divino Fundador, a Igreja fala "como quem tem autoridade..." (Mt 7, 29).

Esta pretensão a uma autoridade divinamente conferida e final em assuntos de verdade revelada soa arrogante para muita gente. Se o é ou não é, isto depende da evidência histórica. O Escriturário, depende das palavras, das intenções e promessas de seu Divino Fundador. Milhões de pessoas no correr dos séculos estiveram convictas, e convictas estão hoje, de que a evidência é inteiramente satisfatória. Aceitam a inflexível e infalível autoridade da Igreja, e, na sua fé, têm achado livramento da dúvida da procura perpétua, e têm alcançado uma certeza religiosa que é a fonte de uma profunda paz da alma.

A Bíblia não pode explicar-se por si mesma. Não pode protestar contra a má interpretação de mentes humanas falíveis, ou corrigi-la. E, como um livro

sujeito a má interpretação, pode ser mal usado e tornado desencaminhador, fonte de dúvida, de desunião e de confusão. Em tal situação, quem é que pode estar certo do conteúdo, do sentido e da importância da mensagem de Deus? Quem é que está certo e quem é que está errado entre as muitas pessoas inteligentes que do mesmo texto tiram sentidos diferentes e contraditórios?

A vinda de Cristo à terra como o Mestre dos homens teria sido vã se êle não houvesse deixado nenhum meio de os homens saberem o que êle disse e quis dizer. Mas, no seu amor à humanidade, Cristo forneceu os meios pelos quais podemos saber e compreender o seu ensino. Deixou para nós uma Igreja docente divinamente protegida do erro e especificamente incumbida de falar com autoridade, quando outras vozes só falam com confusão.

O Cristianismo será porventura uma religião a ser achada no livro de um autor cuja voz é para sempre silenciosa? Ou é uma religião de Autoridade, viva, alerta, sempre pronta a falar clara e forçosamente para proclamar a verdade de Deus... para interpretá-la e salvaguardá-la de ser adulterada, torcida e diluída... uma Autoridade que é inerrável porque por meio dela Jesus Cristo se perpetua no mundo como o Mestre inerrável do seu amado povo?

Na interpretação de quem crerá o leitor? A interpretação de quem seguirá? Com o seu destino eterno em risco, é terrivelmente importante para decidir — e decidir direito.

Investigue! Procure honesta, inteligente, piedosamente, e achará a verdade.

Mas você compreende realmente a Bíblia?

Conteúdo:

- Multíssimos sabem pouquíssimo a respeito da Bíblia.
- Coisas que você deve saber para compreender a Bíblia.
- Mas... será que você tem a Bíblia completa.
- Traduções da Bíblia... boas e más.
- Você está preparado para compreender a Bíblia.
- Intuito real da Bíblia: ensinar a Religião.
- Siga estas regras quando ler a Bíblia.
- Por que a Bíblia necessita de um intérprete autorizado.

Este caderno foi preparado pelos Cavaleiros de Colombo e traduzido para o português com a devida autorização.

Cum approbatione ecclesiastica